

PROGRAMA DE GOVERNO

DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DA COLIGAÇÃO É A VEZ DO POVO.

CONSTRUINDO UM RIO DE JANEIRO PARA TODAS E TODOS



**RIO DE JANEIRO
2020**

Benedita

do Rio

vice
ENFERMEIRA REJANE



Introdução	3
Um Plano Emergencial para o Rio de Janeiro	7
Por uma Cidade Inclusiva, Solidária e Democrática	9
Por uma Cidade Antirracista	9
Por uma Cidade para as Mulheres	10
Por uma Cidade para as Juventudes	11
Por uma Cidade para as Pessoas com Deficiência	14
Por uma Cidade para as Pessoas Idosas	16
Por uma Cidade para a População LGBTQIA+	17
Por uma Cidade da Igualdade e Garantia de Direitos	18
Saúde	19
Educação	28
Cultura	30
Assistência Social	32
Meio Ambiente e Saneamento	33
Desenvolvimento Urbano e Habitação	37
Mobilidade Urbana	38
Desenvolvimento Econômico	40
O Potencial da Região Metropolitana	42
Turismo	44
Economia Solidária e Arranjos Produtivos Locais	45
Economia Criativa e a Indústria Cultural do Audiovisual e da Música	46
Agricultura Familiar e Pesca	47
Complexo Tecnológico, Industrial e de Serviços das áreas de Saúde, Óleo e Gás ..	49
Ciência, Tecnologia e Inovação	49
Segurança Pública	51
Esporte e Lazer	53
Gestão Ética, Democrática e Eficiente	54
Comunicação Social	56
Orçamento, Finanças e Dívida Pública	58

DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DO PT PARA O RIO

INTRODUÇÃO★

O Partido dos Trabalhadores apresenta o seu programa de governo para as eleições municipais na cidade do Rio de Janeiro neste ano, ciente de seus compromissos com os trabalhadores e a maioria da população que vive os efeitos de uma crise prolongada, ainda agravada pela pandemia da COVID-19.

O Brasil passa por um momento triste de sua história, no qual a eleição de um presidente de convicções e práticas neofascistas e neoliberais provoca um imenso retrocesso na democracia, na economia e nas conquistas sociais alcançadas nos governos Lula e Dilma.

Na esteira da eleição de Bolsonaro, de forma surpreendente, chegou ao governo do estado do Rio um governador igualmente truculento e que, sob o pretexto de promover a segurança pública, pratica um verdadeiro genocídio contra as populações mais pobres, sobretudo os jovens e negros.

Na cidade do Rio, surfando a onda conservadora em curso e se aproveitando do impacto na sociedade das ações criminosas da operação Lava Jato e do golpe praticado contra a presidenta Dilma, Crivella elegeu-se prefeito.

O governo Crivella é um misto de incompetência, fisiologismo e desprezo pelos pobres. A sensação dos cariocas é que a nossa cidade está abandonada

A disputa eleitoral 2020 será momento definidor para a **construção de um novo caminho na administração da cidade**, um caminho que assegure direitos e cidadania para um povo que tem sido massacrado.

Nosso estado, é vítima dos problemas históricos derivados da malfeita fusão entre os antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em relação à qual os investimentos federais compensatórios previstos não ocorreram. Vive, sobretudo, os efeitos econômicos e os cortes de gastos sociais provocados, pelas políticas neoliberais praticadas pelos governos Temer e Bolsonaro e as consequências de tudo o que foi intencionalmente promovido pela Lava Jato contra a Petrobras, a construção naval, as empresas da cadeia produtiva do petróleo e as empresas de engenharia, ou seja, sob o pretexto de se combater a corrupção, realizou-se um verdadeiro desmonte da cadeia produtiva de óleo e gás na cidade e das empresas de engenharia e consultoria. O quadro socioeconômico da cidade é desolador com a pobreza tendo crescido enormemente e estando visível nas populações de rua, no comércio ambulante, na quantidade de lojas e fábricas fechadas, na redução do turismo, dentre outros. Para agravar esse quadro, temos ainda pela frente o crescimento das milícias, muitas vezes associadas ao narcotráfico, e cuja dominação territorial, imposta pelo terror e a exploração econômica da população, já alcança quase a metade do território da cidade. Constituem-se, assim, num autêntico estado paralelo, sem que os governos estadual e municipal sequer esboçem qualquer iniciativa no sentido de recuperar a presença do poder público nesses territórios. Ao

contrário, as ações governamentais caminham no sentido de consolidar o domínio privado dessas áreas como revelam as iniciativas do prefeito Crivella, dentre elas a de mudar a legislação urbanística para legalizar empreendimentos imobiliários construídos à margem da lei, e sem qualquer fiscalização pública, em áreas como Muzema, Gardênia, Rio da Prata e Mendanha, entre outros. A gravíssima pandemia da COVID-19, ao encontrar a cidade já debilitada social e economicamente, agravou extremamente o quadro social, levando ao desemprego, à pobreza extrema e à miséria um enorme contingente da população. Esse quadro é visível em qualquer área da cidade, principalmente através da grande quantidade de pessoas, e mesmo de famílias, em situação de rua. Nesse contexto extremamente grave, como se fosse uma orquestra macabra, o presidente da República, o governador e o prefeito dão um show de incompetência e desprezo pela população. Na contramão das recomendações enfáticas da OMS e de especialistas, o presidente se pronuncia sistematicamente contra o isolamento social e deixa o Ministério da Saúde à deriva, trocando ministros e nomeando para a pasta dezenas de militares sem qualquer conhecimento e experiência na área. O governador, igualmente incompetente e envolvido em graves acusações de corrupção, não consegue construir e operar os hospitais de campanha, nem

coordenar prefeitos nas ações de isolamento social. Já o prefeito Crivella, tendo desmontado boa parte das Clínicas da Família e suas equipes, das UPAs e dos hospitais municipais, nos quais há carência de profissionais da saúde, de medicamentos e de EPIs, assiste a esse triste espetáculo sanitário e de crise social, quase como se fosse um mero espectador e não a principal autoridade da cidade. Durante a pandemia do coronavírus, o Partido dos Trabalhadores esteve na defesa do pagamento da renda emergencial de 600 reais cujo valor foi combatido pelos partidos de Crivella, Witzel e Bolsonaro. Na nossa campanha para as eleições municipais e após assumir o governo seremos intransigentes no sentido de manter a renda básica que além de dar suporte à população mais necessitada, mantém a economia com algum grau de atividade. Este Programa de Governo lança as bases para o debate e construção do Rio de Janeiro inclusivo e sustentável, em uma rede de diálogo e participação que será mantida, ampliada e vai estruturar o mandato. Debater e repactuar o futuro do Rio de Janeiro, com todos e todas que moram, trabalham, sofrem os problemas, vivenciam os potenciais, experimentam soluções interagindo com a cidade, será também um processo de educação política, aprendizado dos partidos, especialistas, lideranças, organizações, cidadãos e cidadãs.

A construção de uma concepção do Rio de Janeiro para todas e todos

A construção desse diagnóstico e das propostas de soluções contou com a participação de estudiosos e especialistas de diversas áreas, lideranças sociais e políticas, ativistas e militantes, em ampla diversidade de olhares e saberes. E está sendo trazido para diálogo com todas e todos que moram e trabalham no Rio, que vivenciam seus problemas, desafios e potenciais. Dessa forma caminhada para mudar essa realidade se fará ouvindo os cidadãos e cidadãs da cidade, em seus territórios, em seus movimentos sociais, em seus locais de trabalho, respondendo, portanto, a seus anseios e prioridades.

A construção dessa concepção de cidade inclusiva e sustentável está fundada em nossos valores, princípios e visão de mundo, quais sejam:

- ★ Inverter as atuais prioridades de governo e tratar igualmente os cidadãos, com atenção especial para as favelas e conjuntos habitacionais.
- ★ Construir políticas públicas na quais em seu desenho e na sua gestão haja transparência.
- ★ Permeiar todas as nossas ações e propostas pelo conceito da democracia participativa, na forma de conselhos e especialmente no trato do orçamento público.
- ★ Combater o racismo estrutural, respeitar o multiculturalismo e a diversidade de raças, gêneros e religiões, dialogando com os movimentos de negros, mulheres, LGBTI, e representantes das diversas religiões.
- ★ Preservar e valorizar o meio ambiente, impregnando nossos programas e ações de um compromisso com a sustentabilidade ambiental.

- ★ Desenvolver propostas considerando a cidade do Rio como parte importante de uma região metropolitana altamente conlurbada e que deve dialogar com os demais municípios da região na direção de viabilizar planejamento e projetos integrados.
- ★ Considerar a revolução tecnológica em curso como risco e oportunidade. Risco da maior supressão de postos de trabalho e da precarização do trabalho. Por outro lado, as tecnologias podem ser vistas como ferramentas para melhorar a vida dos cidadãos através de políticas públicas, bem como para desenvolver processos de trabalho cooperativos, compartilhados e que não estejam apenas serviço do lucro privado.
- ★ Da mesma forma, a internet e as redes sociais devem ser ferramentas para desenvolver novos processos participativos que combinem as reuniões presenciais com as virtuais, aproximando o governo dos cidadãos.

O Rio precisa de uma Prefeita que cuide daqueles que trabalham e que não têm direito à uma cidade que lhes assegure saúde, educação, empregos e qualidade de vida. Os trabalhadores e as trabalhadoras, os micros e pequenos empreendedores são a grande maioria da população, mas não veem o fruto do seu esforço diário se reverter numa cidade que lhes ofereça qualidade de vida. Nesse sentido, vamos cuidar dos principais serviços públicos com o carinho com que cuidamos da nossa casa.

O povo do Rio é vítima das más administrações que por aqui passaram, mas sofre também por conta das mazelas históricas da sociedade brasileira que geraram discriminações absolutamente repugnantes, como é o caso do racismo estrutural. Dessa forma, nosso plano de governo para o Rio define, logo no seu início, a nossa opção por estar ao lado das lutas contra todo tipo de discriminação, com propostas de ações inclusivas e afirmativas para negros, mulheres, juventude, pessoas com deficiência, pessoas idosas e população LGBTQIA+.

Em especial, vamos **cuidar das nossas comunidades que estão abandonadas** pela prefeitura e dar muita atenção à estrutura do tripé formado pelo **desenvolvimento inclusivo da população** que tem no trabalho formal e informal a sua fonte de sobrevivência; o **desenvolvimento integrado da Zona Oeste** e a **revitalização do entorno da Av. Brasil**, inclusive com a **conclusão do BRT Transbrasil**, a qual acontecerá no nosso governo, recuperando o tempo perdido. A **Av. Brasil** é a principal via estruturante da cidade, numa extensão de 58,5 Km e vive um processo de degradação econômica e social em muitos trechos do seu

- ★ Formação de conselhos locais representativos da população, incluindo o recorte étnico-racial e de gênero, que deverá acompanhar todas as atividades e projetos a serem realizados.
- ★ Realização de Diagnóstico Socioeconômico e Territorial das favelas, conjuntos habitacionais e bairros populares, por meio do Instituto Pereira Passos, com o objetivo de conhecer o perfil da população local, necessidades e prioridades, e as potencialidades que podem ser fomentadas para ampliar emprego e renda para a população. O diagnóstico vai possibilitar também a avaliação anual de resultados do programa Vida Melhor
- ★ Elaboração a partir dos diagnósticos e com ampla participação, consultas e

traçado. O programa de revitalização do entorno da avenida Brasil, **com a conclusão do BRT Transbrasil**, visa à urbanização, à oferta de novas habitações e ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades adjacentes, à criação de novas oportunidades para atividades de lazer como os parques de Camboatá e o de Realengo, além de atividades econômicas como um Parque Tecnológico da Saúde, o Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde de Santa Cruz, logística para o abastecimento da cidade e para o porto, complexo de óleo e gás, a agricultura familiar, dentre outras.

Vamos criar o **Programa de Integração Territorial** para articular nos territórios das nossas comunidades ações de renda mínima, economia solidária, geração de empregos, assistência social, educação, saúde, formação profissional, esporte e lazer, dentre outras. Essas ações estimularão e envolverão a participação popular e terão obrigatoriamente os recortes racial e de gênero. A proposta incorpora a ideia de equidade, integração e territorialidade como uma lógica de gestão pública, rompendo com os modelos fragmentados que se mostram ineficientes e pouco eficazes. Dentre as ações a serem desenvolvidas, destacamos:

- diálogo com a população, de planos locais integrados de desenvolvimento socioeconômico
- ★ Revitalização do Sistema Único da Assistência Social - SUAS para permitir a articulação e execução das políticas sociais.
- ★ Criação da função Agente Comunitário de Cidadania, com a atribuição de desenvolver ações socioeconômicas e culturais compatíveis com os planos locais de desenvolvimento dos territórios.
- ★ Articulação do programa Vida Melhor com as ações existentes por iniciativa da sociedade, bem como com as ações sociais governamentais previamente desenvolvidas.

De imediato vamos implementar um **Plano Emergencial**, capaz de socorrer a cidade profundamente afetada pela crise sanitária somada à crise econômica. Com acesso à renda mínima, emprego, alimentação, abrigo para a população mais fragilizada, ações de saúde e outras vamos contribuir para estimular economia municipal, média e pequena empresa e comércio, agricultura familiar. A saída da crise articula solidariedade social e retomada econômica. O Rio de Janeiro reúne imensas potencialidades para construção da cidade do bem viver, da inclusão, inteligente, conectada, solidária. O Rio pode conceber e transbordar regionalmente e nacionalmente um processo transformador de ressignificação da cidade e organização de soluções para superação da pobreza, para inclusão e promoção da equidade, acesso a serviços públicos de qualidade, desenvolvimento urbano sustentável.

Este programa propõe um vigoroso plano emergencial, para responder às premências da pandemia e pós-pandemia, com foco na manutenção e melhoria da vida das pessoas, respeitando suas necessidades e direitos. São seguintes as medidas iniciais:

1. **Reorientar a Gestão Municipal** para minorar as consequências sociais e econômicas e gerir a retomada pós Covid-19:

- Planejar e implementar, com diálogo e participação de todos os envolvidos e forte sustentação científica, a retomada das atividades nas diversas áreas, como a retomada das aulas, do comércio, serviços, transporte, turismo, eventos
- Liderar a articulação governamental metropolitana, com vistas ao enfrentamento dos efeitos da crise econômica e sanitária da pandemia formulando planos integrados. Mais do que nunca é necessária a cooperação técnica, desenvolvimento de projetos comuns para a adoção da política de saúde, produção agropecuária e industrial e a preservação ambiental, e para a formação de consórcios intermunicipais de prestação de serviços públicos
- Acompanhar, planejar e organizar, junto à articulação governamental metropolitana, o acesso da população do Rio de Janeiro à imunização (vacina Covid-19) assim que esta for possível
- Reorganizar as funções e processos de trabalho dos diferentes órgãos da administração municipal, e adequar os espaços de prestação de serviços municipais, atendendo aos protocolos sanitários e lançando mão das tecnologias de informação e comunicação, de forma a proteger as vidas e atender à população

2. Implantar o **Programa Renda Carioca**: garantindo uma renda complementar à Bolsa Família e extensiva à outras parcelas da população socialmente vulnerável. Dentro desse programa de renda mínima criaremos uma linha especial para a mulher de baixa renda, visando ajudar principalmente aquelas que trabalham como empregadas domésticas e no setor informal. Hoje são 40.256 famílias atendidas pelo Cartão Família Carioca, a nossa meta é beneficiar 250 mil famílias em situação de extrema pobreza, podendo estender o programa para até outras 250 mil famílias. A Renda Carioca, ao combater a pobreza, cria estímulos à economia municipal e gera novos empregos.

3. Implantar o **Programa Emergencial de Empregos**, compreendendo as seguintes iniciativas e parcerias: (meta de curto prazo: 100 mil empregos)

- Mutirões remunerados pela prefeitura em diversas áreas, tais como: conservação urbana, habitação (favelas e conjuntos habitacionais), limpeza urbana, entre outros.
- COMLURB: financiando COOPERATIVAS de reciclagem, retomar o programa Gari Comunitário.
- Apoio a cooperativas e/ou associações para a produção em confecções, artesanato e outras atividades econômicas.
- Construção Civil: cooperativas de profissionais para reformas e/ou melhorias habitacionais (comunidades e mercado)
- Saneamento (CEDAE): água nas comunidades, coleta e tratamento dos esgotos.
- Estímulo da Prefeitura à economia criativa desenvolvida pelas populações de baixa renda.

- Frentes de trabalho para jardinagem e arborização das encostas e da cidade.
 - Cultura e esportes para educação em tempo integral
4. Implantar o **Programa de Segurança Alimentar**
- Vamos credenciar restaurantes, bares e grupos autônomos para fornecer refeições (PF's) populares subsidiadas à população em situação de rua e outros grupos socialmente vulneráveis. Os credenciados serão orientados e fiscalizados pela prefeitura para assegurar higiene e alimentação saudável.
 - Os beneficiários desse programa receberão cartão digital que dará o direito a duas refeições por dia.
 - Os beneficiários serão cadastrados através da Sec. Mun. de Des. Social - SMDS, em parceria com organizações e grupos da sociedade que desenvolvem atividades de apoio a esses grupos sociais.
 - A produção da agricultura familiar do Rio e arredores será direcionada para o programa de segurança alimentar e será também distribuída diretamente à população através de organizações populares nas comunidades.
5. Implantar o **Programa de Albergues**, convertendo edificações antigas, tombadas na área central da cidade e outras disponíveis nos bairros em albergues para acolhimento às populações em situação de rua. Esses albergues serão para pernoite, terão serviços de banho, sopa noturna e café da manhã, além de assistência social e serviços básicos de saúde.

POR UMA CIDADE ANTIRACISTA★

Nos Estados Unidos, o assassinato do negro George Floyd, por um policial branco que o asfixiou brutalmente, deflagrou um grande e prolongado processo de manifestações públicas de massa contra o racismo. Uma verdadeira onda mundial, integrada por negros e não negros exigindo justiça e igualdade de direitos deixou marcas em inúmeros países.

No Brasil e particularmente no Rio, a violência policial contra os negros intensa, sistemática e historicamente enraizada. Casos brutais como a chacina de Vigário Geral em 1993, na qual 21 jovens negros foram assassinados por policiais, se repetem nas nossas comunidades ocorre de forma intencional e

com gigantesca frequência. O caso mais recente é o do menino João Pedro que foi brutalmente assassinado durante incursão policial, dentro de casa, mediante uma chuva de balas de fuzil.

Ao tomar conta dos noticiários e das redes sociais, sem qualquer reação mais vigorosa da sociedade ao genocídio dos nossos jovens, sobretudo nas favelas e conjuntos habitacionais, os autores desses crimes recebem a certeza da impunidade. Quanto mais porque contam com o incentivo ou a omissão dos governantes. Todo esse quadro é fruto da cultura escravagista que ainda graça na sociedade brasileira.

Nosso programa de governo propõe uma atuação do poder público municipal radicalmente diversa. Vamos implementar uma gestão municipal que, com diálogo e ampla participação das organizações, lideranças e população negra, terá como base uma agenda de políticas e ações afirmativas, de redução das graves desigualdades raciais na cidade do Rio de Janeiro e de combate ao racismo estrutural em toda a sociedade.

Uma agenda que articulará e orientará as diversas políticas para a promoção da equidade e superação de todas as

formas de discriminação racial. Os governos petistas foram os que mais contribuíram para diminuição das desigualdades entre negros e brancos no país. Foram os que mais combateram o racismo e a discriminação racial e promoveram uma inédita mobilidade social das camadas populares. Assim, é correto caracterizá-los como gestões que privilegiaram a população negra, tanto com as políticas sociais generalistas que beneficiavam os pobres em geral, como pelas políticas específicas de promoção da igualdade racial.

As propostas para a construção da cidade verdadeiramente antirracista, a serem debatidas, implementadas e monitoradas com protagonismo pela comunidade negra do Rio de Janeiro, são:

- ★ Adotar as políticas de promoção da igualdade racial como eixo estruturante do desenvolvimento de políticas transversais que dialoguem com todas as áreas do governo
- ★ Enfrentar a vulnerabilização e à violência contra a juventude negra, a partir da criação de programas específicos que reduzam os índices de mortalidade e encarceramento dessa parcela da população
- ★ Criar o programa de formação/qualificação de jovens empreendedores negros e negras – incluindo as especificidades das comunidades negras tradicionais (quilombolas e comunidades de terreiros) e em parceria com o Sistema 'S, as escolas técnicas e universidades

- ★ Implementar programas de formação de professores(as) em torno das leis 10.639, 11.645 e 12288, que dispõem sobre o Estatuto da Igualdade Racial, nas escolas municipais
- ★ Estabelecer políticas que permitam a defesa e prática da liberdade e diversidade religiosa, desenvolvendo campanhas institucionais contra o racismo religioso e pela valorização das religiões de matriz africana
- ★ Criar políticas públicas de parceria com os fazedores da cultura carioca, notadamente as Escolas de Samba, as rodas de samba, o Teatro, o cinema, e todas as manifestações culturais da periferia com presença da comunidade negra
- ★ Implantar o Museu de Memória como o Museu do Apartheid na África do Sul e o Museu da Escravidão na Inglaterra e valorizar o Patrimônio da Humanidade, representado pelo Cais do Valongo, tendo em vista as diretrizes da UNESCO para a construção do Museu da Escravidão, naquele local
- ★ Sediar a realização do IV FESMAN - Festival Mundial de Artes Negras, no Rio de Janeiro, como parte das celebrações das políticas municipais de combate ao racismo.
- ★ Criar o Calendário das comemorações das personalidades negras responsáveis pelas lutas e pela cultura
- ★ Identificar as homenagens realizadas em nomes de ruas, estatuas e monumentos no município, tendo vista descrever com destaque para que a comunidade saiba quem está se é homenagem a racistas ou a abolicionistas
- ★ Implementar as Ações Afirmativas nos Concursos Públicos tendo em vista os percentuais da comunidade negra na cidade Rio de Janeiro
- ★ Orientar a Administração para celebrar contratos e quaisquer instrumentos de parceria com particulares, que realizem Ações Afirmativas e tenham nos seus quadros dirigentes a presença de negros e negras

POR UMA CIDADE PARA AS MULHERES★

As mulheres vivenciam de forma mais aguda o modelo excludente de cidade, que segrega população e concentra riqueza, e a ausência do Estado nas questões fundamentais da vida social. Este programa de governo compreende, então, que as soluções mais eficazes para os problemas da população carioca passam, necessariamente, por uma visão do Rio de Janeiro sob uma perspectiva das mulheres.

Pensar em uma cidade melhor para as mulheres viverem é pensar em melhores políticas de educação, assistência social, trabalho e emprego, transporte público, cultura, desenho urbano, segurança.

A estrutura de transportes do município do Rio de Janeiro está cada vez mais precária. E são as mulheres mais pobres e as mulheres negras que moram em regiões mais distantes de seus locais de trabalho e passam mais tempo nos transportes públicos. Soma-se a isso o assédio, violência sexual e outras inseguranças a que ficam sujeitas as mulheres no transporte público.

A oferta de creche e educação infantil pública é insuficiente no município do Rio de Janeiro e o desenho urbano exclui crescentemente as crianças, confinando-as nos espaços privados. Dado que o cuidado das crianças recai majoritariamente sobre as mulheres, isso impacta diretamente o acesso à cidade, à cultura e lazer e o engajamento feminino no mercado de trabalho, a construção da autonomia financeira e pessoal.

O desemprego no município vem crescendo exponencialmente desde o ano de 2016, quando se iniciou o governo Crivella. Mesmo assim, o desemprego entre as mulheres segue sendo muito maior do que o desemprego entre a população masculina, o que evidencia ainda as desigualdades estruturais no mercado de trabalho. No primeiro trimestre de 2016 7,7% das mulheres cariocas estavam desempregadas, esse número mais do que dobrou nos últimos 4 anos, chegando a 16,3% no primeiro trimestre de 2020.

Hoje a taxa de desocupação total no município do Rio de Janeiro está em 13%. Desses 53,4% são mulheres, consolidando as principais impactadas pela crise econômica e pela ausência de um governo municipal.

Não é novidade que a cidade do Rio de Janeiro não é segura para as mulheres. o governo municipal de Marcelo Crivella, alinhado à agenda anti povo e misógina de Jair Bolsonaro, só reforça a ausência de proteção social em que se encontram as mulheres cariocas. O acesso aos dados de violência contra as mulheres é muito limitado, mas a partir dos últimos dossiês elaborados pelo ISP é possível ter uma noção geral do desamparo das políticas públicas em defesa dos direitos das mulheres em nossa cidade. Só em 2018, 15.430 mulheres foram vítimas de lesão corporal dolosa no município.

Enfrentar essa realidade significa incorporar as mulheres de maneira transversal na formulação de políticas públicas municipais. Neste sentido, são propostas de governo, a serem debatidas, implementadas e monitoradas pelas mulheres do Rio de Janeiro:

- ★ Garantir a participação ativa das mulheres, em sua pluralidade de classe, etnia/raça, idade, profissional, educacional, cultural, de orientação religiosa e sexual, e das mulheres com deficiências, na condução das políticas públicas e sua avaliação, fortalecendo espaços de diálogo
- ★ Implementar ações que combatam a desigualdade, a discriminação e preconceito, e garantir que o conjunto do governo atue, de forma integrada, para promoção e priorização das mulheres
- ★ Qualificar o sistema de mobilidade urbana considerando as necessidades das mulheres em todo o seu ciclo de vida: gestantes, idosas etc.
- ★ Qualificar o desenho urbano sob o olhar das crianças, ampliando praças, parques, espaços coletivos de convivência
- ★ Formular e implementar ações para promoção de direitos e oportunidades com foco especial para as mulheres negras, mulheres idosas, mulheres com deficiência, buscando a construção da cidade mais igualitária
- ★ Garantir ações para promoção de direitos e oportunidades com foco nas mulheres jovens, sobretudo as que se encontram em situação de vulnerabilidade social, as jovens mães e as jovens e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual
- ★ Formular e implantar políticas públicas que reduzem o trabalho doméstico, como creches, escolas municipais de qualidade e com funcionamento noturno, assistência social, e outras.

POR UMA CIDADE PARA AS JUVENTUDES★

Potencializar o protagonismo das juventudes, em sua diversidade, como sujeitos de direitos, é um dos eixos fundamentais deste programa de governo. Pensar as juventudes é pensar sua relação com questões sociais e econômicas e avançar para a análise das demais interfaces que a caracterizam, tais como a opressão racial e de gênero. Juventude, desta forma, não é um bloco monolítico, com uma caracterização apenas. É um segmento diverso, que vem sendo impactado de maneira especial pela crise econômica, com desemprego e precarização do trabalho, e pela crise das políticas públicas, especialmente educação e cultura. A grande diversidade nas dimensões de vida dos jovens também reside em suas diferentes idades. Os desafios existenciais colocados para jovens de 16 são muitas vezes distintos dos colocados para jovens de 24 ou 29 anos. Os políticas e ações públicas tendem a padronizar, ocasionando um descompasso entre as necessidades e desejos dos jovens e o quadro institucional. A visão muitas vezes predominante é da juventude como um problema, normalmente associada a questões como drogas, violência e delinquência, e não suas amplas potencialidades. No que diz respeito ao trabalho, segundo dados da Fecomércio-RJ, entre 2012 e 2018, o número de adolescentes sem emprego cresceu de forma acelerada, alcançando a taxa de 60%, uma diferença de 20 pontos percentuais acima da média nacional. Entre os jovens de 18 a 24 anos, o desemprego atingiu 32,2% em 2018. Ao mesmo tempo, cerca de 80% dos jovens de 18 a 24 anos não tiveram acesso ao ensino superior (MEC) e a taxa de evasão escolar no ensino médio, a juventude de 15 a 17 anos, chega a 16% em dados de 2016 (IBGE). Tais dados demonstram a dificuldade dos jovens de continuar sua educação em meio às dificuldades econômicas e sociais enfrentadas, o que também complica a sua entrada no mercado de trabalho, levando à trabalhos mais precarizados.

A inserção da juventude no mundo do trabalho reforça as desigualdades existentes servindo de variável em períodos de crise. O crescimento econômico dos anos 2000 gerou redução da juventude no mercado de trabalho, sobretudo entre jovens de 15 a 17 anos. Isso se deu porque o crescimento da renda familiar possibilitou esta saída sustentada à medida que reduzia a necessidade de contribuir na composição da renda familiar. Porém, a crise que vivenciamos obrigou a juventude a caminhar no sentido contrário e lançar-se novamente no mercado de trabalho. A violência no Rio de Janeiro tem índices alarmantes, e, dados de 2019 do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ) demonstram que 42,4% das mortes decorrentes de intervenção policial recaem sobre jovens de até 30 anos. Os jovens são os que mais morrem e os que mais matam, sendo os jovens negros os que são mais atingidos. A chance de um jovem negro ser assassinado é 2,7 vezes maior do que a de um jovem branco. O direito das juventudes à democracia está sendo posto em xeque, pelo crescente autoritarismo e da ascensão de um neofascismo incompatíveis com o sistema democrático. Podemos identificar esse processo de fascistização da sociedade brasileira em diversos âmbitos. A intensificação do discurso de ódio nas redes sociais é a expressão mais óbvia. Contudo, há consequências muito mais graves que podemos caracterizar como manifestações desse movimento: o crescimento da violência contra população LGBTQIA+, a perseguição contra as religiões de matriz-africana, o crescimento de casos de 'justiçamento e de linchamento de jovens negros, entre outras manifestações. Outra evidência é o crescimento de casos de intolerância e perseguição política, em especial em atos de violência contra militantes políticos, como vimos no assassinato de Marielle Franco, nos tiros direcionados à caravana Lula, e à Vigília Lula Livre.

Este programa de governo busca construir a cidade que assegura aos jovens o direito a viver com dignidade, qualidade e segurança, com ações voltadas ao acesso à educação, à formação, à saúde, ao trabalho decente, ao território, à cultura, ao lazer e aos esportes, e à oportunidades para construção de autonomia e emancipação. Uma cidade plena de valores democráticos, solidária, inclusiva, que valoriza a diversidade.

Para caminhar rumo a este Rio de Janeiro, são seguintes as propostas, articulando quatro eixos fundamentais de direitos das juventudes: Direito à Vida; Direito ao trabalho, emprego e renda; Direito à Educação; Direito à Cultura Democrática:

- ★ Valorizar a diversidade que compõe a juventude carioca, incluindo ações para superar desafios e atender às necessidades das mulheres jovens, da juventude LGBTTTQI+, da juventude negra, a juventude periférica.
- ★ Fortalecer e ampliar os espaços de diálogo e participação no governo, incluindo o Conselho e as Conferência das Juventudes
- ★ Elaborar projetos voltados para a qualificação profissional de jovens; o incentivo a qualificação profissional torna-se fundamental, principalmente por conta dos avanços tecnológicos, que exigem uma capacitação contínua desses profissionais
- ★ Articular espaços de qualificação profissional, em diálogo e parceria com universidades, institutos, Sistema S
- ★ Estimular a criação de mais e melhores empregos para a juventude, articulando espaços para e aproximação de jovens e empresas, estímulos à contratação de jovens aprendizes, e
- ★ Fortalecer o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, como elemento fundamental para a construção de uma vida digna para a juventude carioca, com melhorias da estrutura física escolar, valorização de todos os trabalhadores e trabalhadoras da educação e políticas que contribuam para o ambiente escolar democrático, livre de opressões e de livre exercício do pensamento crítico.
- ★ Contribuir com acesso de jovens à educação pública, com apoio à educação de jovens e adultos, dando prioridade para a concessão de vagas às jovens mães que ainda não concluíram o Ensino Básico; apoio a Cursinhos Populares Preparatórios para acesso ao ensino superior e técnico; e apoio à permanência de jovens de baixa renda em processos de escolarização, incluindo prevenção e combate à evasão escolar
- ★ Garantir espaços gestores para participação horizontalizada e não hierárquica da juventude como construtora das políticas educacionais
- ★ Fortalecimento dos ensinos fundamental e médio em territórios com baixo IDH e altos índices de violência, aliado a discussão com sociedade e comunidade escolar sobre modelo de ensino que incentive a formação humanística, democrática, cultural, científica e responda demandas da juventude do local;

- ★ Construir políticas públicas de incentivo ao 1º emprego com qualidade; Primeiro emprego, no sentido de reduzir o índice de desemprego entre os jovens, que são uma parcela da população que mais sofre com esse problema, é necessário que o município do Rio.
- ★ Implementar o projeto “Cinema nos Bairros” que consiste em aproximar a juventude local da linguagem audiovisual
- ★ Instituir financiamento para a produção cultural, circulação e capacitação de jovens, por meio de editais específicos considerando a diversidade (urbano, rural, comunidades tradicionais, LGBT e deficientes).
- ★ Criar bolsas especificamente voltadas para a juventude artística (15 a 29 anos) como previsto no estatuto da juventude
- ★ Promover o acesso a política de saúde voltada à prevenção ao uso abusivo de drogas e às políticas de redução de danos.
- ★ Fortalecer programas e espaços de cultura, sobretudo nas favelas e bairros periféricos, e combater a criminalização da cultura negra e periférica, como o funk e os bailes de favela.
- ★ Estabelecer uma rede de juventude e cultura por meio de um mapeamento cultural, que possa garantir um processo formativo em linguagens artísticas e a formação em áreas técnicas que garantam a qualificação de jovens para criação e execução de projetos culturais
- ★ Instituir o Sistema Municipal de Juventudes que englobe a constituição do Conselho Municipal de Juventude, do Comitê Gestor de Políticas de Juventude e analisar a viabilidade de um fundo para juventude. Este sistema deverá reviver uma área que atualmente se encontra em total abandono, possibilitando sua revitalização e plena promoção de políticas para juventude.
- ★ Promover políticas de acesso a esporte e lazer que dialoguem com as diversas formas de expressões culturais territoriais
- ★ Favorecer a mobilidade, caminhando para o Passe Livre para jovens no transporte público.
- ★ Facilitar o acesso à banda larga aos jovens periféricos e de baixa renda, meio de internet popular ou a áreas de wifi aberta para a população.

Segundo o IBGE, em 2010, 25% da população do município do Rio de Janeiro declara ter um ou mais tipos de deficiência (visual, auditiva, motora ou intelectual). E a cidade oferece cada vez menos condições para a plena cidadania de cerca de um quarto da sua população, dificultando acesso à educação, cultura, transporte público, assistência, oportunidades, empregos, direitos.

Entre os equipamentos públicos, as unidades de atendimento da Secretaria de Assistência Social estão sucateadas, CRAS, CREAS e Conselhos Tutelares sem condições de oferecer atendimento digno para as pessoas com deficiência, improvisando salas de atendimento devido à falta de acessibilidade das unidades.

As Casas Lares e Centros de Convivência realizam uma tarefa importantíssima para centenas de pessoas com deficiência, a primeira mantém de forma permanente os cuidados a pessoas que foram abandonadas ou não tem famílias e precisam de cuidados. A segunda, mantém um atendimento diurno com oficinas e tarefas para desenvolvimento das pessoas com deficiência e no final do dia retornam para seus lares. Esses espaços também sofreram muito na última gestão com atraso no pagamento dos salários dos funcionários, falta de material para as oficinas e falta de alimento para os que permanecem nas unidades.

Os Centros Municipais de Referência da Pessoa com Deficiência (CMRPDs) são equipamentos da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Tecnologia, que oferecem terapias para reabilitação, de natureza multidisciplinar e oficinas socio pedagógicas para todas as idades. Apesar da excelência do projeto, o que vimos nos últimos anos foi um completo abandono por parte do Prefeito. Seguidos atrasos de pagamento da Prefeitura as Organizações Sociais que administram essas unidades levaram a precarização do atendimento. Meses de salários atrasados, falta de insumos e redução tanto na quantidade quanto na qualidade dos atendimentos, que chegaram a fechar as portas em determinados períodos desta última gestão. Sem contar a inauguração da unidade do Mato Alto, ainda em 2018, que nunca entrou em funcionamento e hoje está abandonado.

Os Centros de Atenção Psicossocial em suas diferentes modalidades fazem um atendimento humanizado as pessoas com sofrimento ou transtorno mental. As unidades de atendimento da saúde mental são importantíssimas para grande parcela da população em vulnerabilidade social, e principalmente neste momento de pandemia deveriam estar em pleno atendimento à população. Entretanto, o que vemos é o completo desmonte da atenção primária e junto com ela os CAPS, Casis

e CAPS AD. Funcionários convivem constantemente com atrasos de salários, a iminente demissão e condições extremamente precárias de trabalho. Faltam médicos e enfermeiros nas unidades, há também falta de medicação de uso controlado. A infraestrutura é péssima, não disponibilizando nem banheiro muitas vezes para funcionários e usuários.

Muitas são as dificuldades para cumprimento das leis de acessibilidade em nossa cidade. Rio de Janeiro possui poucos equipamentos de cultura acessíveis, bem como pontos turísticos acessíveis. Os transportes públicos são uma das maiores reclamações das pessoas com deficiência, que não tem seu direito de ir e vir garantido. E o que vemos do poder público municipal é a falta de interesse político de cobrar as empresas de ônibus e as concessionárias dos trens e metrô, o cumprimento da lei. A frota de ônibus, por exemplo, de nossa cidade sofre com a falta de manutenção das rampas elevatórias o que ocasiona um alto número de carros sem acessibilidade. Observamos também que a maior parte dos motoristas não sabem operar este equipamento. Nas estações da supervia, a situação é ainda mais caótica. São raras as estações que possuem acesso por rampas, pisos táteis e sinalização correta. Nos metrô ainda encontramos estações com elevadores muitas vezes parados, e em má conservação. E em geral há uma falta de treinamento dos profissionais dessas modalidades para o atendimento as pessoas com deficiência. A conquista da autonomia e independência, bem como da cidadania das pessoas com deficiência está diretamente ligada ao acesso à escola e as ferramentas que as coloquem em equidade com os seus pares. E neste caso estamos falando mais do que a garantia do letramento, se trata fundamentalmente de perceber criticamente o que está ao seu redor, perspectiva de comunicação e criação de vínculos, uma educação realmente inclusiva.

A rede municipal de educação possui hoje algo em torno de 18000 alunos com deficiência matriculados. E este número está em pleno crescimento se comparado aos últimos anos, devido a um maior acesso da população a informação sobre seus direitos e a crise econômica que traz muitas crianças e jovens da rede particular. E são muitas as barreiras para uma educação realmente inclusiva, desde a infraestrutura das escolas, a maioria sem itens básicos de acessibilidade, como rampas, corrimãos e sinalização, até o transporte escolar acessível, que não atende à demanda atual, sendo um limitador ao direito a educação. Além disso vem sendo precarizado o Atendimento Escolar Especializado e faltam Agentes de Apoio à Educação Especial.

Para a realização de um atendimento educacional de qualidade para crianças e jovens com deficiência é prevista pela Lei Brasileira de Inclusão o Profissional de apoio escolar, responsável por ajudar nas atividades de alimentação, higiene e locomoção do aluno. Em nossa cidade, instituído por uma lei de 2015, esse profissional ganhou o cargo de Agente de Apoio à Educação Especial. Foi realizado apenas um concurso e hoje temos aproximadamente 1000 profissionais na rede, insuficiente para os cerca de 18000 alunos com deficiência. E a secretaria de educação tem suprido esta demanda com os contratos de estágio, deturpando o papel do estagiário no âmbito escolar. Bem como trazendo muita insegurança para todos os responsáveis

Vamos alterar profundamente essa realidade, com diálogo e ampla participação das pessoas com deficiência, implementar políticas articuladas que garantam acesso à educação, condições de acessibilidade na cidade e locomoção, que favoreçam a participação em atividades culturais e de lazer que permitam a geração de emprego, renda e oportunidades. De maneira mais ampla, promover o direito à cidade para todas as pessoas com deficiência, o enfrentamento de todo preconceito e estigma. São propostas para a construção desta cidade do Rio de Janeiro realmente inclusiva para pessoas com deficiência:

- ★ Oferecer atendimento digno para as pessoas com deficiência nas unidades de atendimento da Secretaria de Assistência Social, CRAS, CREAS e Conselhos Tutelares
- ★ Realizar investimentos nos equipamentos e na melhoria de gestão dos Centros Municipais de Referência da Pessoa com Deficiência (CMRPDs) e nos Centros de Atenção Psicossocial, em suas diferentes modalidades
- ★ Promover o acesso a cultura, com políticas de incentivo a produções acessíveis e um plano de reestruturação dos equipamentos, incentivando adaptações nas instalações dos cinemas, teatros, museus, casas de show, entre outros equipamentos culturais
- ★ Ampliar a acessibilidade comunicacional, com a oferta de intérpretes de libras, guia intérprete, audiodescrição e estenotipia, recursos que garantem uma maior participação das pessoas com deficiência nas atividades culturais
- ★ Garantir a acessibilidade da frota de ônibus e estações, com manutenção das rampas e um treinamento constante dos motoristas para operação do equipamento
- ★ Ter entre os focos prioritários da gestão municipal a promoção da Educação Inclusiva, a partir do pressuposto de que toda a criança tem o direito fundamental a educação, que o processo de aprendizagem possui características únicas para cada um e que a convivência com a diferença é benéfica para todos
- ★ Buscar a transformação do pensamento de todo o corpo escolar, alunos, professores, gestores, família e comunidade, em um exercício de empatia, respeito as diferenças e dignidade humana. “Toda prática educativa demanda existência de sujeitos, um que

ensinando, aprende, outro que aprendendo, ensina.” (Paulo Freire)

- ★ Fortalecer a formação continuada de gestores, professores na perspectiva da Educação Inclusiva. É fundamental que os professores assumam o protagonismo da implementação do projeto pedagógico inclusivo
- ★ Realizar investimentos na infraestrutura das escolas, orientados para acessibilidade e garantir o Transporte Escolar Acessível
- ★ Ampliar o Atendimento Educacional Especializado, serviço ofertado ao público-alvo da educação especial, que organiza recursos tanto pedagógicos quanto de tecnologia assistiva, na perspectiva de eliminar as barreiras para a plena participação do aluno
- ★ Realizar progressivo investimento na ampliação das Salas de Recursos Multifuncionais que possuem mobiliário, materiais didáticos e equipamentos específicos para este atendimento
- ★ Suprir a demanda dos Agentes de Apoio a Educação Especial
- ★ Implantar a Clínica Escola do Autismo, como complementar a educação regular, para os casos mais severos do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Criado pela prefeitura de Itaboraí (RJ) em 2014, é uma importante experiência no atendimento de autistas, e já foi replicado em diversas outras cidades do Brasil
- ★ Desenvolver políticas de formação de trabalhadores com deficiência e adequação tecnológica visando à acessibilidade no ambiente de trabalho; estimulando a economia solidária, cooperativismo e outras formas autônomas de organização do trabalho
- ★ Promover a acessibilidade da pessoa com deficiência à tecnologia e desenvolvimento tecnológico, e a Inovação em Tecnologia Assistiva, em articulação com universidades, instituições especializadas, organizações de reconhecimento público e centros de excelência em pesquisa, tecnologia e inovação
- ★ Fortalecer o protagonismo das pessoas com deficiência nos processos decisórios relativos às políticas setoriais a elas destinadas e apoiando os movimentos sociais, bem como realizando Conferências Municipais das Pessoas com Deficiência.

A população com 60 anos ou mais representa 14,9% da população total do município do Rio de Janeiro (IBGE, 2010). São pessoas com demandas por serviços específicos de complexidade variada. Pessoas com potencial e capacidade para participação na dinâmica social, política e econômica da cidade, cujo acesso é muitas vezes negado.

As propostas para uma cidade que inclui plenamente as pessoas idosas, a serem aprofundadas, implementadas e monitoradas a partir do diálogo e participação das organizações, lideranças e comunidade, são:

- ★ Fomentar o acesso das pessoas idosas à cultura, ao turismo na cidade, aos Equipamentos Públicos Urbanos, favorecendo o envelhecimento ativo com a prática de atividades intelectuais, físicas, esportivas, culturais e de lazer
- ★ Promover a saúde do idoso e da idosa, ampliando os centros de referência do idoso (CRI)
- ★ Utilizar equipamentos e tecnologias de gerenciamento remoto no cuidado e atenção à pessoa idosa sozinha, bem como capacitar cuidadores e agentes multiplicadores comunitários para prestarem serviço a pessoas idosas em famílias de baixa renda ou sozinhas.
- ★ Realizar parceria com as universidades públicas e privadas para ampliação das Universidades Abertas para a Pessoa Idosa, com garantia de gratuidade

- dos cursos, bem como estimular a criação de cursos pré-vestibular para pessoas idosas;
- ★ Promover a segurança do idoso, criando uma rede de proteção e acolhimento para pessoas idosas vítimas de violência, realizando campanhas regulares para conscientização sobre a violência contra a pessoa idosa, capacitando os servidores em todas as delegacias para o atendimento ao idoso vítima da violação de direitos e articulando frentes de trabalho para a promoção da segurança pública cidadã, fortalecendo o papel institucional de proteção e realização de direitos da pessoa idosa.
- ★ Fortalecer o protagonismo das pessoas idosas nos processos decisórios relativos às políticas setoriais a elas destinadas

POR UMA CIDADE PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+★

A cidade do Rio de Janeiro é uma referência social e cultural para a população LGBTQIA+ de todo o país, local de manifestações e movimentos que defendem os direitos humanos, que celebram a diversidade de toda riqueza dela derivada. São crescentes, porém, denúncias de atos de discriminação e crimes decorrentes de preconceito por orientação sexual e identidade de gênero. Vamos combater a homofobia e promover os direitos humanos da população LGBTQIA+ de forma articulada e transversal. As propostas para uma cidade plenamente inclusiva, a serem aprofundadas, implementadas e monitoradas a partir do diálogo e participação das organizações, lideranças e comunidade LGBTQIA+, são:

- ★ Assegurar a participação social e garantir a realização da Conferência Municipal LGBTQIA+
- ★ Promover ações de segurança da população LGBTQIA+, fortalecendo as estruturas das delegacias de defesa das mulheres para garantia do atendimento de mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais
- ★ Ampliar a política de saúde integral da população LGBTQIA+, assegurar a formação continuada e qualificação para profissionais da saúde para uma cultura não discriminatória e proativa na inclusão
- ★ Construir ações estratégicas de atendimento à população LGBTQIA+ em situação de rua e, incluindo casas de acolhida e repúblicas
- ★ Promover a cultura de respeito à diversidade, apoiando as manifestações artísticas e programas culturais LGBTQIA+, atuando junto a educação, ampliando oportunidades de emprego e renda

A política de direitos humanos na cidade do Rio de Janeiro segue a linha de retrocessos não só no campo institucional do município, mas também na difusão cultural que mitigou a tolerância a inclusão social.

O quadro é de baixa participação da sociedade civil organizada na formulação da política. Não existe um Conselho nem um Plano Municipal de Direitos Humanos. Assim a institucionalização de programas direcionados aos grupos identitários estão sob um viés exclusivamente governamental, excluindo a diversidade e a pluralidade das demandas sociais nestes segmentos.

A ausência de posicionamento do governo municipal e de articulação com outras esferas de governo, acentuam a política de segurança pública baseada na ação policial violenta com consequências trágicas, sobretudo para a população mais pobre da cidade.

São propostas para construção da cidade de direitos, da cidadania e inclusão social:

- ★ Elaborar, com ampla participação, o Plano Municipal de Direitos Humanos, e implantar o Conselho Municipal de Direitos Humanos da Cidade do Rio de Janeiro
- ★ Promover uma política de Cidadania Segura, de forma integrada com os poderes públicos, estadual e federal, quanto às competências, alçando o respeito aos direitos humanos como valor indissociável de suas ações, e considerando a desigualdade entre segmentos e territórios da cidade
- ★ Estabelecer canais de diálogo e denúncias para sociedade, articulados com os poderes públicos, como defensoria pública, ministério público e poder judiciário, colaborando assim na gestão dos conflitos sociais e suas resoluções
- ★ Debater, elaborar e implantar políticas, acompanhar e monitorar, de forma participativa, com protagonismo dos segmentos envolvidos, para:
- ★ Combate ao racismo, promoção da igualdade racial e liberdade religiosa
- ★ Políticas para mulheres, compreendendo a diversidade de situações, fases da vida, inserção social e territorial
- ★ Políticas para juventudes, compreendendo a diversidade de situações, inserção social e territorial
- ★ Políticas para população LGBTTI+ compreendendo a diversidade de situações, fases da vida, inserção social e territorial
- ★ Políticas para grupos em situação de vulnerabilidade, como população em situação de rua
- ★ Formular um Plano Decenal de Direitos das Crianças e Adolescentes, com compromisso orçamentário e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos Municipal, que promova as políticas de proteção e socioeducativa na cidade. Fortalecer a atuação dos Conselhos Tutelares, na forma da lei, como referência de proteção da infância e adolescência na cidade
- ★ Elaborar a política municipal de educação em direitos humanos, com objetivo de difundir um ambiente de tolerância e respeito a diversidade

Há um mundo antes e um mundo depois da pandemia de Covid-19. A emergência de uma nova doença provocou efeitos em todas as esferas da economia, da sociedade e do ambiente, com efeitos de grande dramaticidade tanto no nível global quanto na vida das pessoas e das populações em seu cotidiano e perspectiva de futuro. Intensificou, entre outros efeitos perversos, a inequidade e o incremento da pobreza absoluta e na redução da escolaridade, em especial das populações mais vulneráveis. Demonstrou a fragilidade dos sistemas de prevenção e assistência à saúde de lidar com emergências dessa magnitude, por mais previsíveis que fosse a eclosão de pandemias em função do modelo de desenvolvimento que presidiu o processo de globalização.

No curso de seu enfrentamento, a pandemia de Covid-19 revelou também o que há de melhor e de pior nos sistemas de governança e no comportamento e competência dos gestores públicos. Infelizmente, a Cidade do Rio de Janeiro, com Marcelo Crivella, é um caso exemplar do descaso, da falta de empatia, da incompetência e do desrespeito à vida. O número de mortes que poderiam ter sido evitadas, o desconsolo e abandono de familiares, a perda de confiança e credibilidade no gestor público, quando mais se espera dele, são marcas de uma gestão fracassada. Não fosse a resiliência de organizações comunitárias, instituições e profissionais da área da pesquisa, saúde e educação, entre outras, essa tragédia teria sido de proporções ainda maiores.

O tema da saúde, epicentro dessa catástrofe, ganhou centralidade para entender o mundo em que vivemos e reafirmar os valores e direitos que queremos adotar para construir um projeto de futuro para a humanidade e o planeta. Revelou-se também a indissociável conexão entre saúde e ambiente, organização social e modelos de desenvolvimento e o potencial que o investimento em saúde tem para a recuperação da atividade econômica e conformação de modelos inclusivos de desenvolvimento. O SUS conquistou corações e mentes que serão fundamentais para mobilizar forças para sua revitalização.

A saúde é um direito humano universal e dever do Estado, que se materializa pela acumulação social de direitos, de cidadania e de qualidade de vida. É também fator estruturante para o desenvolvimento sustentável, ao articular políticas sociais e ambientais ao crescimento econômico e à incorporação dos setores estratégicos de inovação voltados para os valores da equidade e inclusão social. Por isso, a saúde é considerada nesse programa de governo como um dos elementos estruturantes do projeto de desenvolvimento inclusivo e sustentável da Cidade do Rio de Janeiro.

As condições de saúde das pessoas dependem fundamentalmente de onde e como elas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem. Saúde, portanto, é, além dos cuidados de saúde, emprego, alimentação, moradia, educação, saneamento, cultura, lazer, esportes, mobilidade e segurança. A melhoria do estado de saúde se dá, portanto, pelo enfrentamento de seus determinantes socioeconômicos, culturais e ambientais, que configuram o ideal do desenvolvimento sustentável expresso pela Agenda 2030 da ONU, e pela consolidação de sistemas universais equitativos de seguridade social e de assistência à saúde.

Na cidade do Rio a chegada da pandemia provocada pela Covid-19 encontrou um sistema de saúde fragilizado com número insuficiente de equipes da família, clínicas da família funcionando precariamente como unidades de pronto atendimento, além da vigilância epidemiológica desestruturada e sem investimento. Essa política de desconstrução do sistema municipal de saúde foi agravada pela diminuição do repasse federal para a saúde, resultado da EC-95 que estabeleceu o teto de gastos.

A pandemia escancarou a desigualdade e a falta de resposta do governo, onde a prioridade sempre foi a retomada econômica e nunca a saúde dos mais vulneráveis. A ação da prefeitura nessa grande crise foi hospitalocêntrica, desorganizada com pouco embasamento técnico científico aliado a um SUS sucateado, com pouca reposta laboratorial, onde coube ao SAMU fazer constatação de óbitos.

No Brasil, suspensas as regras fiscais, pôde-se ampliar as despesas para enfrentamento da pandemia, ainda que parte significativa dos recursos esteja represada por falta de comprometimento do Governo Federal com o cuidado à saúde e gastos sociais, em nome de um ajuste fiscal excludente e que compromete o desenvolvimento nacional. A partir de 2021, será retomado o fiscalismo neoliberal do Governo Bolsonaro, impactando ainda mais a saúde. A reconstrução do país requer o pleno desenvolvimento das potencialidades e realizações do SUS por meio de um novo pacto social. Nesse sentido, o primeiro passo é revogar a EC 95 e adotar regras de gasto que viabilizem o financiamento do sistema público de saúde universal e integral. O Brasil deve encerrar o ano de 2020 com mais de 20 milhões de desempregados. Neste cenário, investir no SUS é oferecer saídas para a reconstrução econômica. Em 2017, a saúde representava quase 10% das remunerações no mercado de trabalho. A pandemia escancarou a relevância do SUS, mas deixou claras suas fragilidades. O aumento da procura salientou nossa dependência externa de insumos, levando a situações de desabastecimento. O fortalecimento do SUS requer uma política de transferência de tecnologia, mediante investimentos públicos no Complexo Econômico e Industrial da Saúde, de modo a efetivar o direito à saúde, mas também induzir o desenvolvimento econômico e tecnológico do país. O pós-pandemia exigirá uma renovação de hábitos e de formas de vida. A saúde tem um papel relevante nessa trajetória. Será fundamental traçar estratégias de promoção e vigilância de saúde voltada para redução de vulnerabilidades e riscos relacionados aos seus determinantes e condicionantes, como modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, entre outros. Imprescindível também construir um novo modelo de atenção à saúde lastreado nas linhas de cuidado como ferramenta de organização de redes integradas de assistência à saúde e tendo a diversidade dos territórios e hierarquização de suas necessidades como referência

Assim, três eixos centrais lastreiam o programa de saúde de governo para a cidade do Rio de Janeiro:

- Recuperação da credibilidade e confiança da população na condução do cuidado à saúde e nos rumos da conformação das políticas de saúde pós-Covid19
- Conferir à saúde papel central na construção de uma cidade inclusiva e sustentável e fortalecer a inovação e o uso de tecnologias sociais e da saúde digital, sob a égide dos interesses sociais e fortalecimento do SUS
- Construir modelo de atenção integral e territorializado, articulando todos os níveis de atenção com processo permanente de cartografia social e governança compartilhada, garantindo o acesso com qualidade e estratificação da oferta para responder a demandas com níveis de vulnerabilidades e agravos diferenciados

Durante os governos Lula e Dilma o Rio de Janeiro pode experimentar uma expansão significativa do programa de saúde da família. Em 2005 cobertura do PSF não ultrapassava 3,5%. A partir de 2008, graças a sinergia entre Município, Estado e União a cobertura atingiu 51,1% em maio de 2016. Entretanto, o abandono dos compromissos com as classes populares a partir de 2015, foi progressivamente inibindo a superação das desigualdades na cidade, agravadas pela falência do governo estadual. A redução do número de equipes de Saúde da Família promovido pela atual gestão é significativa para demonstrar o descompromisso com o bem-estar físico, mental e social dos habitantes da cidade.

Atualmente verificamos uma piora considerável na implementação de políticas públicas da saúde caracterizada principalmente pela desarticulação das redes federal, estadual e municipal; redução da participação no orçamento e participação social burocrática.

A Cidade do Rio de Janeiro, sob o ponto de vista de suas condições de saúde, já há alguns anos apresenta um amplo predomínio das doenças associadas ao envelhecimento populacional, com a população com mais de 60 anos já representando 18 por cento da população total da cidade. São as chamadas doenças crônico-degenerativas que incluem os cânceres, as doenças do coração, o diabetes, a hipertensão, doenças neurodegenerativas e a saúde mental.

Essas doenças, em sua maioria, não têm cura e requerem cuidados por toda a vida e, com frequência, vez por outra exigem cuidados de emergência como os derrames e os infartos. Elas precisam tanto de hospitais de emergência e especializados como de cuidados nas comunidades, prestados, como exemplo, por cuidadores e fisioterapeutas. Demandam frequentemente, para o seu diagnóstico correto, que as pessoas sejam vistas por especialistas e façam exames complexos, como a tomografia ou ressonância. Por isso, torna-se necessário que se organizem redes de saúde que articulem desde os cuidados prestados ao nível da comunidade ou do bairro até policlínicas de especialistas e hospitais especializados. As clínicas de família têm que estar articuladas com os serviços sociais dos locais de moradia e com essa rede de cuidados.

Uma situação particularmente grave no Rio são as mortes, deficiências e necessidades de cuidados em decorrência dos traumas causados por agressões e acidentes. Em 2019, na cidade do Rio de Janeiro, 5.775 pessoas morreram assassinadas ou em acidentes no trânsito. Além das necessárias medidas para reduzir esses índices, é preciso manter uma rede de urgência e emergência adequada ao tratamento do trauma e, em particular, do politraumatizado. A rede de hospitais gerais e especializados do município do Rio de Janeiro contava com 156 estabelecimentos, sendo a maioria destes (81 hospitais) sem vínculo com o SUS. A rede privada detém o maior número de estabelecimentos, sendo que a maioria destes não tem vínculo com o SUS. A rede própria municipal conta com 28 hospitais e o município ainda dispõe de uma larga rede de hospitais federais (28 estabelecimentos) (Tabela X1). Os hospitais apresentam uma distribuição territorial concentrada nos bairros no entorno do centro da cidade (Mapa X1 e X2). A produção de internações hospitalares com a participação do SUS cresceu de 293 mil internações em 2016 para 306 mil internações em 2019. Neste período houve queda das internações pagas pela AIH realizadas pelos hospitais municipais, aumento das realizadas pelos hospitais estaduais e federais e estabilização em níveis bem baixos da participação dos hospitais filantrópicos e universitários

A produção de procedimentos de saúde pelo município apresentou queda expressiva neste último governo, apesar de a população enfrentar no período aumento do desemprego e perda de poder aquisitivo. Entre 2016 e 2019, a maior queda na produção (54%) ocorreu exatamente nos procedimentos realizados por Postos e Centros de Saúde, local por excelência de Atenção Primária à Saúde. Também houve queda expressiva nos procedimentos da rede municipal realizados pelos ambulatórios especializados (41%), policlínicas (36%) e hospitais especializados (24%). Restaram à população ser atendida nos hospitais gerais, que tenderam a manter sua produção no período e serviços de pronto atendimento que apresentaram ligeira queda na sua produção (2,9%). Nestes casos, grande parte dos atendimentos ocorreram em pacientes com quadros de saúde mais graves. Estes são dados que indicam grave descaso com a saúde da população que passou a enfrentar enormes dificuldades de acesso no governo Crivella, com impacto negativo sobre as suas condições de saúde.

A expressiva queda (40%) no volume de procedimentos de saúde realizados pela rede municipal, entre 2016 e 2019, ocorreu em todo o município, com variações expressivas entre as Áreas de Planejamento. A mais afetada inclui os bairros de Ramos e o Complexo da Maré, e experimentou uma queda de 57% nos procedimentos de saúde, fato que representa grave descontinuidade na assistência à saúde à população destes territórios. No bairro do Meier e no Jacarezinho (49%) e em Santa Cruz (54%) o decréscimo no volume de procedimento realizados foi igualmente acentuado.

O município do Rio de Janeiro apresenta letalidade por Covid-19 muito alta (10,9%), maior que a letalidade do Estado do Rio de Janeiro (7,5%) e mais que o dobro da letalidade do Estado de São Paulo (3,8%). A letalidade exprime a gravidade da própria doença, mas também a qualidade do sistema e serviços de saúde. Não há como não atribuir o descaso com a saúde no Rio de Janeiro ao péssimo desempenho na redução no número de óbitos nos pacientes com Covid-19. Além da alta letalidade na cidade, esta apresenta marcadas variações territoriais. Dentre os bairros com maior número de residentes que faleceram por Covid-19, Copacabana e Tijuca, bairros de maior poder aquisitivo, apresentam menores letalidades (9,6% e 8,3 respectivamente). Já os residentes de Bangu e Realengo que adoeceram apresentaram letalidade bem mais alta (18,3% e 17,2% respectivamente). Porém, ultrapassa qualquer limite aceitável a letalidade entre os residentes da Maré - entre cada 4 doentes 1 faleceu. Importante lembrar, como apresentado acima, que foi exatamente na Maré a comunidade mais afetada com o desmonte da saúde implementado pelo governo Crivella. São óbitos evitáveis e com responsabilidade identificada.

Os recursos assistenciais de maior complexidade estão concentrados nas Zonas Sul, Norte e Centro da Cidade.

Mesmo que baseada nas organizações sociais de saúde (OSS) e, por isso, uma terceirização ao setor privado de serviço que deveria ser totalmente público, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) teve um importante aumento de cobertura nos períodos de 2009 a 2016. Porém esse crescimento não veio junto com formação de carreiras públicas, nem do fortalecimento de uma rede de serviços robusta.

O governo eleito em 2017 recebeu o município com 1251 equipes de saúde da família prometendo ampliação nesse número, porém, não foi o que aconteceu. Alegando déficit no orçamento municipal em 2018 as demissões, atrasos nos salários, reduções nos horários de funcionamento das unidades passaram a ser a realidade do município.

A reorganização dos serviços de atenção primária proposta em 2018 previa a redução de 184 equipes de saúde da família e 55 equipes de saúde bucal, uma diminuição de 1400 postos de trabalho, além de uma alteração na composição das equipes. O que vimos foi uma diminuição ainda maior do que a anunciada, pois em março de 2019 tínhamos 1090 equipes em atividade, quando, segundo cálculos do Ministério da Saúde o Rio de Janeiro tem um teto máximo de 3300 equipes financiadas pelo governo federal.

De 2018 a 2020, em decorrência do Teto de Gastos (a Emenda Constitucional 95/2016) os recursos do SUS diminuíram na ordem de R\$ 22,5 bilhões, e, o Governo Crivella, seguindo o receituário da austeridade, diminuiu a participação da saúde no orçamento municipal de 28% para 18%. Os últimos anos foram marcados por retrocessos!

Os dados apresentados deixam claro a falta de competência para gerir a crise provocada pela pandemia, causada pela falta de articulação entre os poderes, mas principalmente pelo sucateamento da saúde durante esse governo.

Este programa de governo propõe uma política de saúde com base em forte participação social, orientada a partir dos territórios, articulada às demais políticas como educação, habitação, vigilância ambiental, saneamento, transporte, meio ambiente, trabalho, esporte, cultura e lazer. A gestão da saúde no Rio de Janeiro será coerente com as propostas da 13ª Conferência Municipal de Saúde e com as diretrizes da 16ª Conferência Nacional de Saúde ocorridas em abril e agosto de 2019, respectivamente. com focos na saúde como direito; na consolidação dos princípios do SUS e no financiamento adequado e suficiente para o SUS. São propostas neste sentido:

- ★ Fortalecer a participação popular, os Conselhos e Conferências, para a construção do sistema de saúde alinhado às prioridades da população e avançando na valorização dos profissionais e usuários por meio de iniciativas de cogestão junto aos serviços
- ★ Ampliar a estratégia de Saúde da Família fortalecendo a atenção à saúde no contexto físico, social e cultural específico, em uma compreensão ampliada do processo saúde-doença, permitindo intervenções além das práticas curativas
- ★ Prospectar e buscar alinhamento com experiências de abordagem sistêmica da saúde em outras cidades, utilizando a saúde digital, ampliando atendimento, agilidade, performance e eficácia, de maneira agregadora e condizente com a nossa realidade
- ★ Avançar na organização de um novo modelo para a rede de atenção à saúde solidário e responsável, que reconheça o papel da cidade do Rio de Janeiro como um polo inserido em uma região metropolitana
- ★ Em tempos de pandemia, integrar a atenção básica com a vigilância à saúde nos territórios, baseando-se em tecnologias digitais e infraestrutura de suporte a população é a melhor e talvez a única maneira de ouvir as comunidades e deixá-las se representarem
- ★ Ampliar o acesso a serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos e outras tecnologias de cuidado no âmbito do SUS
- ★ Implantar a Agenda Cidadã, sistema de informação sobre agendamento de exames e consultas com controle de fila e acesso aos usuários através de telefone móvel
- ★ Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (mulher, criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde
- ★ Qualificar a produção do cuidado, com a participação ativa do usuário e o protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras
- ★ Estruturar o sistema de regulação do acesso, incluindo todos os serviços do SUS que tenham como missão fundamental a assistência no âmbito municipal, incluindo nessas condições os que hoje estão sob gestão do estado e união ou que venham a ser municipalizados, de maneira articulada com os demais municípios da Região Metropolitana e do interior do Estado
- ★ Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção da vida saudável em todas as idades
- ★ Implementar ações de saneamento e saúde ambiental, de forma sustentável, para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais
- ★ Definir e estruturar a Atenção Básica como primeiro nível de atenção e porta preferencial de entrada no sistema, aumentando o percentual de cobertura da população, integrando e coordenando o cuidado, garantindo serviços especializados em lugar e tempo adequado
- ★ Implantar mecanismos de coordenação e continuidade do cuidado nos diferentes níveis, integrando as unidades de saúde, de assistência social e o ambiente domiciliar
- ★ Desenvolver sistema de governança único para toda a rede com o propósito de articular as políticas institucionais e desenvolver a capacidade de gestão necessária, com participação social ampla
- ★ Implantar gestão integrada dos sistemas de apoio administrativo, clínico e logístico - regulação e transporte sanitário
- ★ Implantar sistemas de informação que permitam identificar os cuidados prestados em todos os pontos de atenção da rede.

Atenção básica de saúde

- ★ Garantir gradualmente nas clínicas da família, sistemática permanente de atendimento não agendado quando necessários
- ★ Fortalecer e valorizar as equipes das clínicas da família, completando o quadro profissional das clínicas da família
- ★ Retomar gradualmente a atividade de médicos gineco-obstetras, clínicos e pediatras, incorporando-os aos processos de trabalho das clínicas da família, valorizando a atividade de todos os profissionais com a comunidade e a responsabilização por seu território
- ★ Criar sistemática a fim de garantir, sempre que necessário, que haja continuidade do cuidado, operando localmente nas clínicas da família um sistema municipal de regulação, informatizado e ágil
- ★ Induzir a definição de território pela própria comunidade local por meio de cartografia social
- ★ Ampliar as ações de promoção à saúde com a comunidade, em articulação com as áreas de esporte, lazer, cultura, educação, assistência social e meio ambiente
- ★ Integrar programas e linhas de cuidado, especialmente para os idosos e para os portadores de hipertensão arterial, diabetes, asma e obesidade
- ★ Qualificar e preparar toda a equipe das clínicas da família para a atenção integral à saúde do idoso e das populações de maior vulnerabilidade
- ★ ACS Online, programa de inclusão digital para Agentes Comunitários garantindo conectividade, equipamentos e treinamento
- ★ Desenvolver programa específico para a população feminina de característica intersectorial e integral a saúde da mulher
- ★ Implementar equipes e cuidados em saúde mental nas clínicas da família apoiadas pelas equipes dos centros de atenção psicossocial (CAPS)

- ★ Articular a atenção básica com a atenção pré-hospitalar, com os prontos-socorros isolados ou intra-hospitalares e com a atenção hospitalar no processo de estruturação da rede de urgência e emergência
- ★ Reorganizar e garantir acesso aos serviços especializados, contribuindo com a reorganização e operação do complexo regulador, visando reduzir o tempo de espera por exames e consultas especializadas
- ★ Assegurar a assistência das clínicas da família a todas as pessoas da área de abrangência, eliminando obstáculos a parcelas do território sob responsabilidade da unidade
- ★ Moradores das áreas de limites geográficos entre unidades, trabalhadores e estudantes podem optar por se matricularem nas clínicas da família de mais fácil acesso, inclusive por local de atividade
- ★ Fortalecer a participação dos trabalhadores da saúde e dos Conselhos Gestores nos processos decisórios das clínicas da família
- ★ Recuperar e adequar a área física das clínicas da família, contemplando todas as atividades previstas, incluindo a assistência ao não agendado e garantindo também ambiência humanizada
- ★ Implantar gradativamente, novas clínicas da família em acréscimo às existentes, a fim de garantir melhor distribuição e equidade do acesso entre as diferentes regiões de saúde
- ★ Adotar formas de jornada de trabalho médico que garanta a possibilidade de composição da jornada em diferentes tipos de serviço.

Atenção de urgência e emergência

- ★ Articular e organizar a rede de urgência e emergência, incluindo a assistência pré-hospitalar
- ★ Desenvolver qualificação permanente da equipe de atenção pré-hospitalar, de urgência e emergência para a assistência em saúde mental, especialmente para o atendimento aos dependentes de álcool, crack e outras drogas
- ★ Definir como meta que os pacientes atendidos em ambiente pré-hospitalar não permaneçam em maca por mais de 24 horas, garantindo a assistência em leito hospitalar, quando necessária

Atenção ambulatorial especializada

- ★ Proceder à gestão das filas para exames, consultas, procedimentos especializados e cirurgias eletivas com o objetivo de reduzir o tempo de espera
- ★ Utilizar plenamente a capacidade instalada e ampliar a resolutividade dos ambulatórios de especialidades, completando o quadro dos profissionais e incorporando tecnologias e equipamentos para procedimentos terapêuticos e diagnósticos
- ★ Organizar e dar transparência ao agendamento – publicar listas, inclusive na internet, garantindo adequada informação e controle social da ordem de acesso
- ★ Garantir o cuidado certo e de qualidade, no lugar certo e no tempo adequado, considerando a base territorial para a distribuição dos ambulatórios de especialidades, laboratório de exame de imagens e serviços de cirurgia ambulatorial para agilizar o acesso e reduzir o elevado tempo de espera de exames e procedimentos cirúrgicos eletivos
- ★ Garantir o atendimento integral aos problemas de saúde bucal, expandindo os serviços de atenção secundária e terciária, retomando a implantação dos Centros de Especialidades e dos Laboratórios Especializados de Próteses Odontológicas (CEO e LEPO)
- ★ Rearticular e desenvolver Centros de Reabilitação, de modo a integrar as ações nesta área, oferecendo todos os serviços de reabilitação com equipe multiprofissional em unidades polivalentes articuladas e regionalizadas nas redes de atenção municipal e com os serviços existentes sob gestão estadual
- ★ Fortalecer os Centros de Atendimento Psicossocial, efetivando a adequada qualificação com capacitação permanente da equipe multiprofissional dessas unidades, articulando-os com as clínicas da família e hospitais de retaguarda para a saúde mental
- ★ Ampliar a carga horária de atividade dos CAPS Álcool e Drogas (CAPS ad), atuando de forma articulada com as unidades de acolhimento transitório e os serviços de residência terapêutica, visando a uma ação mais abrangente e integral para os dependentes de álcool, crack e outras drogas, bem como para seus familiares.

Atenção hospitalar

- ★ Iniciar tratativas para incluir os hospitais gerais sob gestão federal, segundo o princípio legal do comando único em cada esfera de governo, no sistema de regulação municipal
- ★ Estabelecer sistema de regulação que garanta agilidade no acesso aos leitos de internação, integrando rede básica e rede de urgência e emergência com a assistência hospitalar
- ★ Reformar, ampliar e reorganizar progressivamente todos os hospitais municipais
- ★ Hospital amigo do paciente, centrais de informação 24 horas para pacientes e familiares nos hospitais da rede
- ★ Garantir oferta adequada de leitos para desintoxicação na assistência aos dependentes de álcool, crack e outras drogas
- ★ Otimizar o uso dos leitos existentes, organizando a assistência domiciliar, possibilitando a internação domiciliar e trazendo benefícios aos convalescentes que estão na fase final de sua recuperação e que podem fazê-lo no aconchego dos seus lares. Buscar, para isso, o apoio técnico e financeiro do Programa Melhor em Casa, do Ministério da Saúde
- ★ Estabelecer termo de contratualização de metas com os hospitais próprios
- ★ Expandir o número de unidades hospitalares habilitadas como hospital de ensino nos termos definidos pelo Ministério da Saúde

Ações e serviços da vigilância em saúde

- ★ Elaborar o marco legal e a estrutura organizacional para a vigilância em saúde, visando a adequada execução de ações, atividades e serviços para a preservação da saúde no município
- ★ Conferir total transparência aos sistemas de informações em saúde, dotando-o de capilaridade de tal forma que as informações sejam inseridas pelo profissional da ponta do sistema, tornando os sistemas mais ágeis para suportar o processo de tomada de decisão em tempo oportuno
- ★ Elaborar e implantar estrutura de cargos gerenciais, técnicos e de apoio, compatíveis com a estrutura organizacional da vigilância em saúde
- ★ Prover os cargos com pessoal qualificado, contratado mediante concurso público
- ★ Promover a inserção no trabalho e o aperfeiçoamento profissional do quadro de trabalhadores da vigilância em saúde, de modo a capacitá-los para as ações de gerenciamento, técnicas e de apoio
- ★ Promover a articulação interinstitucional entre os órgãos que devem integrar o Sistema Municipal de Vigilância em Saúde
- ★ Concluir o processo de municipalização da vigilância em saúde, incluindo as ações de vigilância sanitária em serviços de saúde de alta complexidade, da indústria de medicamentos, de produtos correlatos (produtos médicos), de cosméticos e de saneante

Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde

- ★ Fortalecer o papel do município na regulação do trabalho em saúde e ordenar, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, combatendo a precarização e favorecendo a democratização das relações de trabalho. Tudo isso considerando as metas de superação das demandas do mundo do trabalho na área da saúde estabelecidas pela Década de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, iniciada em 2013
- ★ Definir política de gestão do trabalho visando a valorização dos trabalhadores da saúde, garantindo condições salariais adequadas, ascensão profissional segundo planos de carreira, democratização das relações de trabalho, por meio de negociações com entidades representativas dos trabalhadores da saúde e fortalecimento da mesa permanente de negociação
- ★ Definir política de pessoal da saúde, reafirmando a adoção legal de processos de contratação, com adequada seleção pública e de acordo com as diretrizes do SUS
- ★ Criar oportunidades de formação e incorporar a educação permanente como estratégia de aperfeiçoamento institucional da gestão e dos processos de trabalho em saúde
- ★ Garantir aperfeiçoamento técnico e pedagógico dos profissionais que desenvolvem atividades de ensino nos serviços, valorizando e reconhecendo formalmente esta atividade
- ★ Fortalecer a articulação com a área da educação e implementar programas e ações apoiados pelo Governo Federal, em especial, a Política Nacional de Educação Permanente, o teles saúde e o Una-SUS
- ★ Aprimorar o processo de integração com as instituições de ensino superior e técnico, favorecendo maior contribuição dessas entidades na qualidade da assistência, na educação permanente, na gestão dos serviços de saúde, nas programações do plano municipal de saúde e no desenvolvimento de pesquisas

Gestão e financiamento do SUS, Participação e Controle Social

- ★ Encerrar gradativamente os contratos de gestão das unidades de saúde firmados com as OS's e assumir a gestão e a contratação de pessoal através da empresa pública RioSaúde.
- ★ Fortalecer as instâncias de controle social e garantir o caráter deliberativo dos conselhos de saúde, ampliando os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã
- ★ Fortalecer a articulação entre os espaços de participação social em todas as políticas públicas, com vistas ao desenvolvimento de ações intersetoriais
- ★ Expandir e aprimorar sistema de ouvidoria municipal
- ★ Defender e valorizar o papel e a autonomia das instâncias de controle social e adotar medidas que garantam a livre participação
- ★ Cumprimento dos princípios da administração pública da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência
- ★ Aprimorar a relação federativa no SUS, fortalecendo a gestão compartilhada nas regiões de saúde e com a revisão dos instrumentos de gestão, considerando as especificidades regionais, visando oferecer ao cidadão o cuidado integral
- ★ Aprimorar a atuação do município como gestor do SUS, especialmente por meio da formulação de políticas, da qualificação dos investimentos, da indução dos resultados, da modernização administrativa e tecnológica, da qualificação e transparência da informação
- ★ Aprimorar a gestão da saúde municipal, promovendo a efetiva descentralização para as unidades regionais da Secretaria Municipal de Saúde, de modo a criar unidades ágeis, executivas e com poder de ação.
- ★ Organizar e integrar os serviços de saúde, estruturando redes regionais de atenção, considerando o processo geral de regionalização da administração municipal

- ★ Adotar o planejamento regional integrado e ascendente, de modo a incorporar as estratégias e os instrumentos do planejamento do SUS, previstos no Decreto Federal nº 7.508/2011: Mapa de Saúde Regional, Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde com base na relação nacional de ações e Serviços de Saúde (RENASES), na relação nacional de Medicamentos (RENAME) e no Quadro de Metas
- ★ Garantir participação dos trabalhadores e da população na gestão, fortalecendo o controle social exercido pela Conferência Municipal de Saúde, pelos Conselhos Gestores e Conselho Municipal de Saúde
- ★ Estabelecer sistema de avaliação e monitoramento voltado para efetividade e eficiência das ações, apoiado na integração e unidade do sistema, garantindo autonomia de gestão para as equipes dirigentes dos serviços com responsabilização pelo desempenho
- ★ Valorizar as instâncias e comissões intergestores do SUS e a participação no planejamento e execução das políticas públicas de saúde no âmbito da região metropolitana
- ★ Implementar as instâncias e ações de controle, fiscalização e auditoria sobre os contratos de gestão de serviços, convênios e parcerias existentes, as quais, ainda que previstas em lei, não vêm sendo efetivadas
- ★ Desenvolver política de comunicação que informe adequadamente a população sobre os serviços e ações ofertados pelo sistema municipal e suas prioridades, de modo a propiciar melhor utilização dos serviços de saúde e maior participação e controle social
- ★ Saúde na Rede, painéis colaborativos de dados em saúde com participação comunitária
- ★ Apoiar a fiscalização da saúde suplementar, a defesa do cidadão quando da sua relação de beneficiário com seu plano privado de saúde e as ações necessárias ao ressarcimento dos planos privados ao SUS, no âmbito municipal.

Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS

- ★ Usar a saúde como estratégia de retomada da economia, fortalecer o Complexo Industrial da Saúde expandindo a produção nacional de tecnologias estratégicas e a inovação em saúde
- ★ Usar a revitalização da Avenida Brasil como estratégia para incentivo a indústria da saúde
- ★ Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, de análises de situação de saúde e da inovação em saúde, contribuindo para a sustentabilidade do SUS
- ★ Usar a atenção básica como entrada no município da quarta revolução industrial utilizando consultas online principalmente para acompanhamento de casos crônicos.

A Cidade do Rio de Janeiro tem a maior rede pública municipal da América Latina, com 635 mil alunos, em 1.540 unidades escolares, 11 Coordenadorias Regionais. A rede pública municipal atende à educação infantil (6 meses a 5 anos), ao ensino fundamental (1º ao 9º ano) e à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e conta com 38 mil professores e 16 mil funcionários administrativos do nível central às unidades escolares, conforme dados de 2019.

O Plano Municipal de Educação (PME - 2018) define que educação em tempo integral deve estar em 50% das escolas e 45% dos alunos da EB, até 2020. Em 2019, 65,3% das matrículas foram jornada de 7h. O PME estabeleceu como meta universalizar, até 2020, a educação infantil na pré-escola (4 e 5 anos) e ampliar a oferta da educação infantil em creches até 3 anos, de forma a atender 50% da demanda até 2019 e universalizar a oferta em até oito.

Em 2018, a estimativa era de 300 mil crianças de 0 a 4 enquanto a soma das matrículas nas creches privadas e municipais alcançou apenas 120 mil. Em agosto de 2019, 36.424 crianças estavam nas listas de espera por matrículas em creches na rede pública municipal.

Segundo Censo Escolar 2018, apenas 14% das escolas têm laboratório de Ciências, 51% quadras de esportes e 67% biblioteca, 93% têm Internet e 83% delas banda larga. Apesar da evolução do IDEB da rede pública de 4,5 em 2007 para 5,7 em 2017, tanto nos anos iniciais quanto nos finais do EF, as metas do MEC não foram alcançadas.

A rede municipal de ensino apresentou, na última década, taxas de distorção idade-série acima das nacionais nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Nos últimos 7 anos a redução das taxas de abandono do EF foram inexpressivas.

Os projetos de aceleração da aprendizagem e correção do fluxo escolar adotados não reavaliam práticas e não propõem novos caminhos, levam ao escoamento de multirrepetentes da

rede municipal para a EJA ou EM ou para fora do sistema de ensino. Os Professores alertam para mecanismos subliminares de aprovação automática e ausência de discussão sobre a cultura da reprovação e formação para melhoria do ensino. Na Prova Brasil 2017, 60% dos alunos atingiram o nível avançado e proficiente em leitura e interpretação no 5º ano, apenas 41% no 9º. Em Matemática o resultado é preocupante: 49% no 5º ano e 19% no 9º ano, 22% apresentam aprendizagem insuficiente para a resolução de problemas. A rede municipal não venceu os mecanismos estruturais de exclusão e o Censo Escolar registra que 52% das escolas têm dependências acessíveis aos alunos com deficiência. E 53% têm sanitários acessíveis. De acordo com dados do Censo Escolar de 2018, 93% das escolas da rede municipal têm acesso à Internet. E dessas, 83% têm banda larga. Houve redução em relação a 2016. Na ocasião 95% das escolas tinham acesso à Internet e 84% com banda larga.

Ainda em relação aos recursos tecnológicos, em 2018, 53% das escolas possuíam Laboratório de informática e a rede contava, para uso dos alunos, com 11.397 computadores. Este número representa em média 1 computador para cada 52 alunos da pré-escola à EJA. Houve pouco avanço em relação à aquisição desses equipamentos para as escolas nos últimos anos.

Os conselhos escolares e de controle social funcionam protocolarmente; parcela dos diretores escolares não atua em gestão democrática, há casos de autoritarismo e assédio moral, patrimonialismo, pouco empenho na discussão coletiva sobre a função social da escola e a construção do projeto político-pedagógico.

A ausência de política educacional que dialogue com a sociedade carioca vem provocando o esfacelamento da rede de ensino que foi referência para o país em décadas anteriores.

São propostas para uma educação pública municipal de qualidade, democrática e inclusiva, a serem debatidas, implementadas e avaliadas em diálogo com os profissionais da educação, estudantes e comunidade:

- ★ Debater, com ampla participação das comunidades escolares, de especialistas e buscando experiências, a educação municipal pós pandemia, o plano de retomada, as consequências, os novos parâmetros
- ★ Organizar uma Conferência Municipal de Educação, com debates sobre o Plano Municipal de Educação a organização do orçamento e as demandas educacionais da população, fomentando a participação das comunidades escolares, organizações da sociedade, sindicatos e conselhos
- ★ Estabelecer um novo pacto, de confiança e formulação de uma política educacional reconhecida pela população carioca com uma base curricular orientadora das ações político-pedagógicas das escolas e que possa responder às questões fundamentais: Qual é a concepção de educação, alfabetização e avaliação da rede? Qual é o papel da escola?
- ★ Valorizar os profissionais da educação, como condição fundamental para melhorar a qualidade da educação. Recuperar o protagonismo dos professores, funcionários e comunidades escolares na construção da educação carioca
- ★ Garantir a educação inclusiva, com escolas acessíveis, transporte acessível e ampliação, formação e valorização dos Agentes de Apoio a Educação Especial
- ★ Melhorar a qualidade e a segurança alimentar e nutricional, com ações para o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos para alimentação escolar (Programa de Alimentação Escolar municipal) com fomento aos alimentos agroecológicos
- ★ Estabelecer uma política regular de letramento e alfabetização ampliando o incentivo aos professores alfabetizadores, em parceria com universidades públicas, valorizando as experiências bem sucedidas e com acompanhamento desde a educação infantil.
- ★ Melhorar os recursos materiais, estrutura física das escolas, laboratórios, quadras de esportes, o acesso a recursos tecnológicos, incluindo wifi nas escolas, gerando ambientes propícios à aprendizagem
- ★ Ampliar vagas e oportunidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando o quadro demográfico da população na cidade do Rio de Janeiro, e o quadro social e econômico em cada território, e as necessidades dessa população que não conseguiu frequentar a escola na idade adequada,
- ★ Ampliar o acesso à creche e pré-escola, estabelecendo como meta a universalização da educação infantil;
- ★ Articular o conjunto de políticas públicas municipais - educação, saúde, cultura, esportes - nos territórios, com diálogo e participação da população
- ★ Promover a democratização da gestão educacional e escolar do município, com a participação de todos os segmentos das comunidades escolares

A cidade do Rio de Janeiro tem a marca da cultura viva, diversa, presente a cada canto. Entretanto o Rio vive um quadro de desigualdade no apoio e no acesso, deterioração dos espaços. Grande parte dos trabalhadores da Cultura vive sob condições de trabalho precário, informal, terceirizado, intermitente e descontinuado, em um ambiente de censura, perseguição e criminalização aos artistas e às manifestações artístico-culturais.

É baixa participação da sociedade na elaboração das políticas públicas e do orçamento; crescente desvalorização dos servidores, inexistência de concursos públicos e de formação de quadros técnicos; baixa ação transversal com o conjunto de políticas públicas.

O orçamento da Cultura sofreu uma queda drástica. Atualmente, o único mecanismo de apoio municipal à Cultura é a lei de renúncia fiscal (ISS), que aprofunda desigualdades e é concentradora de renda. Os dois únicos editais de Cultura recém-lançados pela Secretaria Municipal de Cultura só estão em vigor por conta de emendas parlamentares.

O Sistema Municipal de Cultura foi aprovado e deu origem à Lei 6708/20, sancionado em janeiro de 2020. E foi também elaborado o Plano Municipal de Cultura do Rio. Porém as diretrizes do PMC-RJ, formuladas e pactuadas com a sociedade civil e aprovadas na III Conferência Municipal de Cultura, em 2018, foram retiradas do projeto original.

Existe forte concentração de verbas e equipamentos no Centro e na Zona Sul da cidade, acaba por privilegiar o modo de produção desigual e hegemônica. A distribuição desigual de recursos penaliza as lonas culturais e as arenas cariocas, bem como, a produção cultural periférica.

Os equipamentos culturais geridos por Organizações Sociais – OS, concentram a maior parte da verba, exercem o monopólio e acabam privatizando o espaço público. Diversos espaços culturais, dentre os quais o Teatro Carlos Gomes, estão fechados por falta de pagamento dos funcionários terceirizados. O patrimônio cultural público municipal está em estado de abandono, um dos exemplos mais dramáticos é o Sítio Arqueológico Cais do Valongo.

São propostas para colocar a cultura como eixo fundamental do desenvolvimento social, econômico e ampliação de direitos:

- ★ Construir as políticas da cultura com ampla participação de coletivos e movimentos sociais, em diálogo com populações negras e periféricas, juventudes, indígenas, LGBTQIA+, mulheres, populações em situação de vulnerabilidade social. Buscar a transversalidade nas políticas culturais com educação, segurança pública, saúde, direitos humanos e comunicação
- ★ Garantir que os 54 milhões destinados ao Fundo Municipal de Cultura sejam utilizados, prioritariamente, no incentivo aos projetos da sociedade, por meio de editais, programas e incentivos inclusivos e que valorizem práticas culturais diversificadas
 - Garantir editais de apoio para a continuidade das atividades desenvolvidas pelos Pontos de Cultura
- ★ Fomentar a produção cultural com o estímulo à circulação de espetáculos de teatro, dança, circo, performance, e de apresentações musicais, slams, hip hop, funk, exposições, saraus poéticos etc.
- ★ Criar políticas de incentivo ao trabalho e renda da classe trabalhadora Cultura, que já atua de maneira informal, autônoma, cuja sobrevivência econômica e social está bastante afetada, com os profundos cortes no orçamento público nas três esferas de governo, a ausência de editais, além das censuras e perseguições às práticas culturais com o desmonte acelerado do setor.
- ★ Rever a rede de equipamentos culturais da Prefeitura com o objetivo de descentralizar a distribuição de recursos, corrigindo as desigualdades e dando melhores condições de funcionamento com contratação de corpo técnico nos territórios das cinco Áreas de Planejamento.
- ★ Preservar e valorizar o patrimônio cultural e histórico do Rio, associando-o à luta pela diversidade e pelos direitos humanos. Caso do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, do Museu do Negro, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos e outras marcas da escravagismo na cidade. Igual importância têm o Museu do Índio, o Museu Casa do Pontal e outros espaços culturais hoje não valorizados pelo poder público.
- ★ Realizar regularmente a Feira Literária e Ciclos/ Seminários de Artes, Culturas, Pensamento, mobilizando a sociedade carioca para suscitar reflexões sobre os temas contemporâneos que afligem a humanidade, abordando esses temas sob os mais diversos ângulos e trazendo ao Rio intelectuais, artistas e ativistas nacionais e internacionais.
- ★ Aperfeiçoar a gestão municipal, com política de formação e capacitação de agentes culturais e gestores públicos na área e criar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais
- ★ Fazer das escolas um espaço de recriação e de agregação com a sociedade, com centros culturais, de acolhimento, de convivência para se restabelecer o comum, um espírito de comunidade
- ★ Incentivar projetos de turismo cultural, em parceria com as universidades locais e que se desenvolvam ao longo de trilhas, estradas e de visitação dos espaços artísticos-culturais.
- ★ Ampliar a distribuição da produção artesanal da cidade com políticas de valorização, salvaguarda, apoio e fomento do patrimônio imaterial, em parceria com o Inepac e o Iphan
 - Trabalhar com as redes locais de produção, como as feiras de gastronomia, de moda, de artesanato e demais atividades
- ★ Propor a Lei Cultura Viva (já existente em âmbito federal e estadual), com regulamentação específica, a fim de garantir, através de Editais, o apoio às iniciativas - novas ou já existentes, - desenvolvidas pelos Pontos de Cultura

O combate à pobreza e às desigualdades, com assistência às populações mais vulneráveis é passo prioritário em um programa para a cidade do Rio de Janeiro hoje e sua importância tende a crescer ainda mais, no cenário da pandemia. A pobreza extrema aumentou 10,4% no ERJ 06/18-06/2019, 2º pior Estado com maior aumento da miséria e da vulnerabilidade, sendo apenas superado por Roraima.

É baixa a prioridade da atual gestão do município para a Assistência Social. A rede de serviços é precária e insuficiente, com menos equipamentos (CRAS e CREAS) que o necessário para a cobertura do Rio. Existem apenas 2 centros-Pop para o atendimento à população em situação de rua: fixo e “volante”

O financiamento da política está muito aquém do efetivamente necessário para manter serviços que atendam à crescente demanda originada pela pobreza e desigualdade.

São propostas para assistência social, inclusiva e cidadã, na cidade do Rio de Janeiro:

- ★ Reestruturar e qualificar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no município do Rio de Janeiro, com designação de recursos orçamentários para a política de Assistência Social, equipes técnicas para a oferta de serviços, programas e projetos; e reordenamento e reestruturação dos espaços físicos (CRAS, CREAS, Centro POP, abrigos, Centros de Convivência)
- ★ Reestruturar e qualificar, com ampla participação da população por meio dos Conselhos, a política de Assistência Social, incluindo a gestão e aplicação do Fundo Municipal de Assistência Social, mantido por repasse de recursos financeiros pelo governo federal e pelo Estado
- ★ Reestruturar a rede de serviços, especialmente os da alta complexidade de atendimento a idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes em situação de abandono e violação de direitos, mulheres vítimas de violência, população em situação de rua.
- ★ Reestruturar a gestão no provimento de serviços, benefícios e o processo de trabalho administração municipal de Assistência Social

- ★ Garantir a organização de Equipes Volantes referenciadas aos CRAS, para ampliar a cobertura de atendimento na realização da busca ativa e nos espaços territoriais de difícil acesso
- ★ Ampliar os CRAS, com meta de um CRAS como referência para cada 5.000 famílias nas áreas definidas como prioritárias em função da pobreza e vulnerabilidades
- ★ Ampliar o número de CREAS, garantindo no mínimo, um para cada Região Administrativa
- ★ Garantir espaços adequados e equipes técnicas para o funcionamento dos Conselhos tutelares
- ★ Realizar diagnóstico para contagem e identificação de perfil da população em situação de rua visando planejamento de serviços e equipamentos previstos para o atendimento
- ★ Realocar espaços de funcionamento de abrigos garantindo sua localização nas coordenadorias do município, ampliar centros POP, para os territórios de maior incidência da população em situação de rua, implantando de forma prioritária um no centro da cidade bem como abrigos centrais, hotéis populares, locais para banho e refeições, guarda de documentos
- ★ Articular os serviços no território com dinamização do trabalho das coordenadorias

regionais de capacitação, assessoramento, monitoramento, vigilância assistencial e avaliação dos serviços e impactos sobre a realidade local

- ★ Garantir que os temas racismo estrutural e homofobia transversalize todo o processo socioeducativo inerente às atividades propostas pelos serviços, programas e projetos nos CRAS e CREAS
- ★ Fazer gestão dos territórios para articulação das políticas públicas: assistência social, educação, saúde, segurança, moradia, mobilidade com o objetivo de superar condutas e tratamentos inaceitáveis, no mundo do trabalho e na representação política
- ★ Realizar Diagnóstico Socioeconômico e Territorial das favelas, conjuntos habitacionais e bairros populares, por meio do Instituto Pereira Passos, com o objetivo de conhecer o perfil da população local bem como suas necessidades e potencialidade
- ★ Criar a função Agente Comunitário de Cidadania, com a atribuição de desenvolver ações socioeconômicas e culturais compatíveis com os planos locais de desenvolvimento dos territórios
- ★ Propor e apoiar conselhos locais representativos da população, incluindo o recorte étnico-racial e de gênero, para ancorar a elaboração dos plano local de desenvolvimento, e acompanhar atividades e projetos a serem realizados

A cidade do Rio de Janeiro abriga a maior floresta urbana do país e é mundialmente reconhecida pelas suas belezas naturais; convive, no entanto, com problemas crônicos de saneamento e de gestão das águas, poluição, desmatamento e alocação de megaprojetos em zonas de amortecimento, com impactos diferenciados segundo as classes sociais, aprofundando a injustiça socioambiental.

É urgente uma ação eficaz, articulada e participativa que redirecione o Rio de Janeiro para uma efetiva agenda de sustentabilidade em todas as suas dimensões: institucional, azul, verde e marrom, criando as bases para sua continuidade e superando o quadro atual de degradação.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) foi criada como órgão executivo central do sistema municipal de gestão ambiental que tem a finalidade de planejar, promover, coordenar, fiscalizar, licenciar, executar e fazer executar a política municipal de meio ambiente, em coordenação com os demais órgãos do Município; de 1994 até os dias atuais já passou por 12 reestruturações, denotando incerteza e fragilidade institucional.

O município do Rio de Janeiro é abastecido pela estação de tratamento de água do Guandu, localizado em Nova Iguaçu, complementada pelas duas adutoras de Ribeirão das Lajes. O STF definiu que nas regiões metropolitanas a titularidade das ações de saneamento é compartilhada entre o estado e os municípios.

Em julho de 2020 foi sancionada a Lei que passou a ser a Lei 14026/2020 oriunda do PL 4162/2019 de autoria do governo federal que estabelece privatização do setor de saneamento brasileiro.

Em 2007 a Cedae assinou o denominado 'Termo de Responsabilidade Recíproca entre Estado, CEDAE e Município, com validade de 50 anos, pelo qual permaneceria como prestadora dos serviços de saneamento básico no município do Rio de Janeiro, devolvendo à Prefeitura os serviços de esgotamento sanitário na região da Área de Planejamento 5 (AP-5) do município.

Pelo mesmo acordo, o esgotamento sanitário das comunidades sem status de Região Administrativa também ficou sob responsabilidade da Prefeitura. As comunidades com status de Região Administrativa, cujos esgotamentos sanitários ficaram com a CEDAE são: Rocinha, Complexo do Alemão, Maré e Jacarezinho, além daquelas com Unidades de Polícia Pacificadora, conforme Termo de Ratificação posterior.

Em 2011 a Prefeitura repassou para a empresa Foz os serviços de esgotamento sanitário e a área comercial da área da AP-5.

A cidade do Rio de Janeiro é a metrópole brasileira com maior número de unidades de conservação (UCs) municipais do país: 55; esses espaços naturais apresentam problemas derivados da tensão cidade x conservação da biodiversidade, como a sobreposição de categorias de manejo; inexistência de programas de monitoramento e avaliação da política de conservação ambiental municipal; falta de articulação entre as várias secretarias de governo; espaços protegidos embarceirados pela pressão imobiliária; falta de conectividade entre as áreas protegidas para assegurar o fluxo genético da biodiversidade.

A COMLURB coleta em média aproximadamente 10.000 toneladas de resíduos por dia, sendo cerca de 55% de origem domiciliar, 30% advindos da limpeza urbana, 10% originários de grandes geradores, incluindo os da construção civil (RCC), e 5% provenientes dos sistemas de saúde municipais.

Embora os dados disponíveis não estejam atualizados e estejam referenciados apenas ao Sistema Público de Limpeza Urbana, é importante destacar alguns indicadores: o resíduo coletado é destinado quase que em sua totalidade para o Centro de Tratamento de Resíduos Rio em Seropédica (aproximadamente 93%) e uma pequena parcela (cerca de 6,5 % relativa aos RCC) para o CTR de Gericinó, o que demonstra um grande potencial para a reciclagem não explorado.

Existem na cidade ainda destinações inadequadas de resíduos, seja em lixões clandestinos ou não, seja carreado para recursos hídricos; a título de exemplo, entre fevereiro e dezembro de 2015 foram retirados dos recursos hídricos mais de 11.000 m³ de lixo. Analogamente ao esgoto, as comunidades apresentam também históricos e sérios problemas na gestão dos resíduos carecendo de iniciativas urgentes, concretas e continuadas.

Quanto à qualidade do ar, o monitoramento na cidade do Rio de Janeiro e na Região Metropolitana (RMRJ) tem histórico de descontinuidades além de certa sobreposição de competências entre Estado e Município, o que dificulta diagnósticos mais consistentes.

Em 2009 foi instituído, através do Decreto 31415, o Fórum Carioca de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável constituído por representantes do governo municipal e da sociedade civil. A cidade dispõe de uma lei, a Lei 5.248 de 27/12/2011, que instituiu a Política Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável e estabeleceu metas de redução de emissões de gases de efeito estufa.

São propostas estratégicas para debate, buscando a construção de uma cidade sustentável no médio e longo prazo:

Dimensão Institucional

- ★ Debater e construir a política ambiental municipal com ampla participação, de forma intersetorial, integrando as políticas incidentes de cada secretaria e equacionando preservação com desenvolvimento socioeconômico, e regional, integrando as políticas ambientais dos municípios metropolitanos
- ★ Reestruturar a SMAC numa construção coletiva com seus funcionários, buscando seu fortalecimento organizacional com efetiva governabilidade, transparência e accountability
- ★ Estabelecer programas em consonância com as convenções, resoluções e recomendações internacionais
- ★ Ampliar a iniciativa, o escopo e a representação da sociedade do Fórum Carioca de Mudanças Climáticas transformando-o no Fórum Carioca de Desenvolvimento Sustentável e fortalecer a ação do Conselho Municipal de Meio Ambiente
- ★ Reforçar articulações nacionais e internacionais em redes de cidades (como o C-40), com instituições de fomento ao desenvolvimento sustentável, instituições públicas e privadas
- ★ Criar e fortalecer mecanismos econômico-financeiros: ICMS verde, precificação de carbono, green bonds, social bonds, social impact investing etc.
- ★ Revisar e implementar o Plano Decenal Rio de Sustentabilidade (2021-2030)
- ★ Promover a certificação dos órgãos municipais com a ISO 14001
- ★ Definir cláusulas de sustentabilidade para os contratos da administração municipal
- ★ Criar planos e políticas para transformar a cidade em referência sustentável internacional incorporando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Dimensão Azul

- ★ Incentivar programas de educação ambiental em todos os ambientes, especialmente nas escolas da rede pública municipal
- ★ Lutar politicamente contra a privatização da CEDAE e para que os investimentos dessa lucrativa empresa ampliem os sistemas de abastecimento de água com vistas à universalização; implantem e ampliem os sistemas de esgotamento sanitário, principalmente na Zona Oeste e Leopoldina.
- ★ Celebrar Contrato com a CEDAE, reforçando os canais de reciprocidade e estabelecendo metas a serem cumpridas visando à universalização dos serviços de saneamento no âmbito do município do Rio de Janeiro.
- ★ Promover a elaboração do Plano Diretor Municipal de Água e de Esgotamento Sanitário do município do Rio de Janeiro, visando à universalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.
- ★ Promover a realização de investimentos para a construção de novos sistemas de coleta e tratamento, além da ampliação dos já existentes, com recursos financiados com dívidas de perfil alongado.
- ★ Obter, com a mesma finalidade a busca de outros mecanismos financeiros, como a emissão de títulos verdes (green bonds), o direcionamento de recursos de fundos (FECAM, FUNDRHI etc.), através de entendimentos entre a Prefeitura e a CEDAE.

Dimensão Verde

- ★ Definir um novo modelo de gestão para as unidades de conservação municipais, a ser debatido com a sociedade, considerando a possibilidade de recategorizações, ampliações e fusões desses espaços protegidos, com sustentabilidade financeira, considerando.
- ★ Criar UCs a partir de estudos realizados pela equipe técnica da SMAC e das demandas da sociedade, com ênfase nas zonas norte e oeste: Floresta do Camboatá, região das Vargens (Área de Proteção Ambiental e Reserva da Vida Silvestre), Inhoaíba (Áreas de Proteção Ambiental), Serra da Misericórdia (atualmente Parque Urbano), e Jequiá (Reserva de Desenvolvimento Sustentável).
- ★ Estudar possíveis reordenamentos territoriais para a gestão por Mosaico de Áreas Protegidas, iniciando-se pela análise do Mosaico Catacumba/Sacopã.
- ★ Trabalhar a possibilidade de gestão integrada com os governos federal e estadual, em especial em relação do Parque Natural Municipal do Mendanha, estabelecendo um termo de parceria com as devidas metas e recursos financeiros.
- ★ Analisar mecanismos de geração de emprego e renda para as comunidades localizadas no entorno das UCs
- ★ Fortalecer a parceria da Prefeitura do Rio de Janeiro na gestão compartilhada com o Parque Nacional da Tijuca, incluindo o Centro de Educação Ambiental (CEAMP)
- ★ Organizar ações de preservação dos animais na natureza e com atenções para animais domésticos, interagindo e criando novas unidades de hospitais veterinários e abrigos públicos
- ★ Implementar a Política Municipal de Educação Ambiental (Decreto nº 37526/2013)
- ★ Atualizar o Plano Diretor de Arborização Urbana Decreto Rio nº 42.685/2017 de modo a reestruturar, fortalecer e unificar a gestão da arborização urbana.

Dimensão Marrom

- ★ Promover a mudança do perfil da Comlurb para uma empresa de sustentabilidade pública
- ★ Cumprir a lei 11445/2007 para a contratação de cooperativas para a coleta seletiva
- ★ Organizar com sindicatos, organizações setoriais e cooperativas sistemas de logística reversa visando o fomento da reciclagem
- ★ Implementar de forma continuada e com acompanhamento uma gestão integrada de resíduos sólidos adotando os princípios da Economia Circular
- ★ Promover a gestão integral da qualidade do ar considerando vários vetores, como: mobilidade, energia, resíduos, água, biodiversidade, verde
- ★ Realizar a medição e acompanhamento das emissões, visando à sua utilização nos diagnósticos e proposições para a cidade, disponibilizando as informações à população
- ★ Diminuir o consumo público de energia (iluminação e próprios municipais), incentivando o controle da sua evolução
- ★ Fomentar a utilização de veículos híbridos e elétricos no município, criando a Frota Municipal de Veículos Híbridos e Elétricos, elaborando para tanto um plano de migração factível
- ★ Manter e aumentar a malha cicloviária e locação pública de bicicletas
- ★ Criar políticas de incentivo de energias limpas, como a solar
- ★ Incentivar o aproveitamento energético racional de resíduos
- ★ Estudar a regulação do uso de veículos particulares, incentivando o transporte público e solidário, inclusive através da utilização de aplicativos construídos com essa finalidade
- ★ Incentivar na cidade a adoção de formas de trabalho remoto, como o home office, com todas as garantias trabalhistas previstas em lei
- ★ Articular com a Secretaria de Urbanismo uma política de aproveitamento de prédios ociosos para habitação, equipamentos culturais e outras finalidades, na região portuária, em antigas zonas industriais etc.; reduzindo elementos de poluição nos bairros e desadensamento de comunidades
- ★ Exigir que as políticas de requalificação dos bairros, priorizem espaços de pedestres e ciclistas
- ★ Normatizar o uso de critérios ambientais para construção de prédios e condomínios
- ★ Implementar o cabeamento subterrâneo com plano arrojado que contemple toda a cidade
- ★ Planificar e executar um plano de redução de ruído, sensibilizando a população com a questão da poluição acústica
- ★ Retomar a Política Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável estabelecendo um Plano de Mitigação e um Plano de Adaptação e acompanhar sua evolução
- ★ Dar continuidade à elaboração de Inventários de Gases de Efeito Estufa do município e reforçar a articulação internacional visando a troca de experiências e aporte de recursos.

São propostas **emergenciais** para debate, buscando a construção de uma cidade sustentável na transição pós-pandemia:

- ★ Dar prioridade à aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente e das medidas compensatórias para iniciativas de melhoria das condições sanitárias nas comunidades de baixa renda com a participação do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
- ★ Empoderar a Comlurb como principal braço operacional da SMAC para implementar a política de sustentabilidade na fase de transição pós-pandemia
- ★ Fomentar a contratação de Cooperativas de Catadores, estabelecendo sua articulação com a Comlurb, garantindo geração de renda e novas práticas de coleta seletiva e reciclagem
- ★ Elaborar diagnóstico e plano emergencial sobre abastecimento de água no Município do Rio de Janeiro articulando sua implementação com a CEDAE
- ★ Elaborar e implementar plano de melhoria emergencial das condições sanitárias nas comunidades de baixa renda do município

O quadro atual é do Rio de Janeiro é de uma cidade duplamente excludente, que não acolhe sua população socialmente vulnerável e exclui da construção coletiva da cidade parte expressiva da sociedade civil. Uma cidade “fragmentada”, com domínio dos interesses privados anulando o público e o com ações urbanas pontuais e desarticuladas.

A Prefeitura foi perdendo controle do uso e ocupação do solo urbano, com a fragilidade de fiscalização e ineficácia dos instrumentos – legislação, licenciamento, autos de infração, multas etc. As atividades imobiliárias do crime organizado, que hoje já controla 72% do território e 55% da pop. do Município (estimativa: favelas e bairros conflagrados) - e as atividades imobiliárias do crime organizado, que hoje já controla mais da metade do território e da população do Município (estimativa: favelas e bairros conflagrados).

O Modelo de gestão urbana adotado há 3 décadas, por governos de inspiração liberal, pressupõe Estado primordialmente facilitador e estimulador do mercado imobiliário com negociações de projetos pontuais de interesses de grupos financiadores de campanhas. A Legislação urbanística tem sido alterada pontualmente para proporcionar lucros aos incorporadores, em detrimento da análise de impacto sobre a infraestrutura urbana, qualidade de vida, paisagem e desigualdades sociais.

A cidade enfrenta a periferização e crescimento desordenado, a metropolização a centralidade excessiva em função do peso da capital.

Disputada pela especulação imobiliária e pela milícia, a totalidade do território do município do RJ é definida por lei como urbana, mas existem regiões que seguem na resistência da produção de alimentos. Existem também áreas fundamentais de preservação ambiental que podem ser preservadas a partir de uma política de ocupação para a produção de alimentos ambientalmente sustentável, com o uso de técnicas vernaculares e de manejo adequado.

A partir do Estatuto das Cidades, são propostas para debate, buscando retomar a cidade para o cidadão, para o interesse público e coletivo:

- ★ Desenvolver e implementar, com ampla participação, política de habitação com foco em reparar a qualidade mínima de moradia nas favelas e periferias e viabilizar a reocupação habitacional do centro
 - Nas favelas, partir da prestação de serviços municipais descentralizados e do microcrédito (escritórios técnicos), com a participação política e o trabalho remunerado dos moradores (mutirão)
 - Nas áreas centrais, partir dos instrumentos do Estatuto da Cidade, zoneamento de áreas de interesse social e da locação social.
 - Redesenhar o modelo da Operação Urbana, de modo a ampliar a abrangência territorial e assegurar a implantação de projetos residenciais, além de programas habitacionais para famílias de baixa renda em toda a área central
 - Criar diferenciais de rentabilidade, através da legislação urbanística e da regulamentação de instrumentos de captura de mais-valias, com vistas a estimular o investimento imobiliário, em particular, o destinado ao uso residencial e de imóveis de reconhecimento patrimonial, na região central da Cidade.
- ★ Na construção de novas unidades privilegiar e apoiar a produção:
 - Por auto-gestão solidária (Cooperativas, Associações e entidades sem fins lucrativos)
 - Em áreas centrais / urbanizadas/ ao longo de vias de transporte (AP 1, AP3, AP4 e mesmo nas áreas “centrais” da AP5)
- ★ Recorrer a instrumentos de viabilização/ barateamento da produção como IPTU progressivo, dação em pagamento, Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) de vazios, Fundo de Habitação alimentado por outorga onerosa / transferência do direito de construir.
- ★ Resignificar e democratizar os Espaços Públicos Urbanos (EPU), oferecendo-os como bem e serviço público ao conjunto da população e retomando a centralidade da prefeitura no seu ordenamento, a partir do planejamento participativo.
- ★ Nas zonas sul e central, aumentar a receptividade dos lugares e das pessoas; nas demais regiões, ampliar a oferta de estrutura ambientalmente sustentável e de cultura, esporte e lazer, e o contato com os habitantes das regiões empobrecidas
- ★ Fomentar as políticas urbanas que favorecem a convivência nos EPU, já que seu uso é um elemento relevante da sensação de segurança e até do desestímulo da prática de delitos e de desrespeito aos direitos da população com trajetória de rua
- ★ Debater e revisar, com ampla participação, o Plano Diretor / a situação de ocupação territorial da Capital com vistas ao resgate dos territórios para domínio coletivo.
- ★ Regularização fundiária, incluindo áreas destinadas a produção de alimentos e proteção ambiental a partir de planos de manejo para área de preservação.

Ordenar a mobilidade no Rio de Janeiro, democratizando e integrando as opções de deslocamento, favorecendo transporte público, é desafio central que impacta o bem viver das pessoas, o acesso aos bens culturais, o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade na cidade. O quadro atual é de longo tempo de viagem e de espera nos serviços coletivos de mobilidade urbana com desconforto e dificuldade de integração do bilhete único. São muitos os veículos malcuidados, sem ar condicionado e existe uma má distribuição da oferta de serviços, de forma que os veículos que atendem a população mais carente ficam cheios e fazem ligações longas. A população de menor renda habita áreas sem oferta de transportes e distante das opções de trabalho. 18.000 unidades habitacionais licenciadas em 2019, na AP5, sem contrapartida de oferta de Transporte público. A Tarifa é cara. A lógica de bilhete único está sendo burlada com linhas que não levam ao destino final, obrigando a duas baldeações. A Prefeitura cortou linhas do BRT em duas e posteriormente passou a cobrar cada uma em separado.

A integração físico-tarifária precária e com trajetos inseguros para caminhada nos locais de maior transbordo. O BRT não atende à demanda nos pontos de origem das viagens e possui intervalo muito grande para horários fora do pico.

Como em toda a Cidade do Rio de Janeiro, o pavimento dos BRT está sem conservação. Exceção no trecho da Barra e no eternamente em obras TRANSBRASIL! Estações superlotadas e sem controle.

Na omissão que se instaurou na Cidade do Rio de Janeiro, a desobediência às regras de trânsito faz invasão das faixas de BRS, invasão das travessias de passarelas por motociclistas, no estacionamento irregular e outras transgressões decorrentes da ineficiência da Guarda Municipal.

A cidade tem 2,3 milhões de automóveis, 345 mil motos e tem o pior trânsito entre as megacidades da América. Apesar do preço do combustível e da falta de dinheiro, o congestionamento aumentou 4% entre 2018 e 2019. A política de estacionamento nas vias públicas é ineficaz e regressiva. O preço por período de duas horas é menos da metade de uma tarifa de ônibus.

São propostas estratégicas para debate, na construção mobilidade democrática e sustentável na cidade do Rio de Janeiro:

- ★ Debater e construir, com ampla participação o Pacto Social pela Mobilidade, para um entendimento integrado das variáveis econômicas, sociais e ambientais da mobilidade urbana, as novas variáveis trazidas pela pandemia; e para pactuação das políticas de mobilidade, incluindo o financiamento e a política tarifária
- ★ De maneira imediata implantar um **Plano de Mobilidade Emergencial**, com redução da Tarifa do Bilhete Único, novas linhas de ônibus/Vans internas aos bairros, com tarifa reduzida, Passe Livre para desempregados e estudantes ainda não atendidos
- ★ Conformar efetivamente a Rede de Serviços de Transporte Públicos Coletivos, adequada às necessidades das pessoas e em apoio ao desenvolvimento urbano
- ★ Implantar a integração plena BRT - Ônibus - Metrô - Trens
- ★ Implantar Operação Emergencial para os ônibus que hoje utilizam a Av. Brasil e Faixa Exclusiva para Ônibus na Linha Vermelha. Ida e Volta
- ★ Concluir e operar o BRT Transbrasil; restaurar a Operação de todos os BRTs, reabrir estações, aumentar o número de ônibus
- ★ Buscar a qualificação e a receptividade das estações do sistema de transportes públicos e seus entornos.
- ★ Fomentar a sustentabilidade socioambiental, com redução de emissões e eficiência energética, tecnologia de qualidade veicular.
- ★ Manter e ampliar a malha cicloviária e locação pública de bicicletas, sobretudo nas zonas norte e oeste da cidade
- ★ Destinar recursos para investimento, em melhoria e expansão dos serviços; para redução e subsídio de tarifas; para investimento tecnológico, melhoria da qualidade e capacitação do setor.
- ★ Reestruturar as áreas e as tarifas dos estacionamentos públicos da cidade, eliminando a intermediação atual da distribuição do tíquete de estacionamento, utilizando tecnologia da informação e preservando e valorizando o trabalho dos atuais guardadores e gerando recursos financeiros adicionais para custear novos benefícios aos usuários do sistema público de mobilidade
- ★ Regular e fiscalizar os contratos de concessão de ônibus e BRT's, buscando qualidade, transparência e menor custo para o usuário
- ★ Dotar a CET-Rio de estrutura e orçamento para planejar e controlar de forma moderna o trânsito da cidade
- ★ Reestruturar a gestão do sistema de mobilidade urbana, com controle, transparência e eficiência

A prefeitura, como poder concedente, recuperará a sua prerrogativa de autoridade pública que efetivamente regulará e fiscalizará os contratos de concessão de ônibus e BRT's.

Recursos financeiros adicionais para custear novos benefícios aos usuários do sistema público de mobilidade serão gerados pela reestruturação das áreas e das tarifas dos estacionamentos públicos da cidade, eliminando a intermediação atual da distribuição do tíquete de estacionamento, utilizando tecnologia da informação e preservando e valorizando o trabalho dos atuais guardadores. Outra fonte de financiamento será composta por taxas a serem recolhidas pelas empresas de aplicativos – e não pelos motoristas - que usam o sistema viário da cidade. O conceito que orienta essa proposta é de que o transporte individual deve participar do financiamento que melhore o transporte coletivo, em benefício da sustentabilidade ambiental e da qualidade de vida.

O Plano Emergencial de Mobilidade é formado pelas seguintes ações:

1. Redução da Tarifa do Bilhete Único
2. Criar linhas de ônibus/Vans internas aos bairros, com tarifa reduzida.
3. Criação do Passe Livre para desempregados e estudantes ainda não atendidos.
4. Operação Emergencial para os ônibus que hoje utilizam a Av. Brasil.
5. Implantação de Faixa Exclusiva para Ônibus na Linha Vermelha. Ida e Volta
6. Restaurar a Operação de todos os BRTs, reabrir estações, mais ônibus, melhorar o pavimento
7. Restaurar a Operação dos BRS's

Outras propostas para um sistema que assegure mobilidade com qualidade de serviço

- ★ Implantar a integração plena BRT – ÔNIBUS – METRÔ – TRENS
- ★ Concluir e operar o BRT Transbrasil
- ★ Mais ônibus e melhor qualidade dos BRT's Controle e fiscalização das concessões de ônibus e BRT's.
- ★ Novas redes cicloviárias seguras sobretudo na zonas norte e oeste da cidade
- ★ Dotar a CET-Rio de estrutura e orçamento para planejar e controlar de forma moderna o trânsito da cidade

A cidade do Rio de Janeiro vive um quadro inédito de queda da atividade econômica, queda acentuada nos empregos formais, com ênfase no setor da construção civil e no setor serviço, que concentra o emprego formal no município e está sendo duramente atingido pela crise COVID19. O prefeito atual assiste, inerte, ao colapso de pequenas e médias empresas e comércios, aprofundamento da precarização do trabalho, e a devastação de setores cujo patrimônio foi duramente construído pela população carioca, como turismo, economia criativa, complexo produtivo das saúde. Essa situação, agravada de forma aguda pela pandemia, foi produzida por crises simultâneas e arrasadoras para a estabilidade da economia do município e o bem estar da sua população. A primeira é a crise econômica nacional que, sobretudo a partir de 2016, desempregou em massa. Além disso a operação Lava Jato, que derrubou os contratos e empregos do setor de óleo e gás nos estaleiros, construtoras e na própria Petrobrás, esvaziando o centro da cidade, além de atingir a capacidade de investimento e os salários do funcionalismo do governo do estado. Finalmente, a desastrosa sequência de governos com limitada visão de futuro, que alicerçaram suas lógicas políticas no clientelismo, e não na universalização de serviços e direitos, iniciando-se na fusão do estado do Rio nos anos 70 e coroada com o governo Crivella. Como resultado, a cidade do Rio foi quem mais perdeu participação no PIB do país de 1970 a 2017, conforme mostra o quadro abaixo.

Participação das capitais (%) no PIB nacional			
	1970	2017	Variação
Belo Horizonte	2,09	1,35	-35,4
Brasília	1,26	3,72	195,0
Rio de Janeiro	12,81	5,15	-60,1%
São Paulo	21,23	10,62	-50,0
Vitória	0,44	0,31	-30,1
Total das Capitais	49,20	32,35	-34,2
Brasil	100	100	

Esta última crise, crônica há décadas, foi desnudada quando os investimentos caíram no país, a Lava jato entrou em cena paralisando a Petrobras, as empresas de serviços e os estaleiros como motores do crescimento, e os grandes eventos deixaram de ser a projeção do turismo do Rio para serem substituídos pelas imagens da violência da milícia e do narcotráfico. De 2015 a 2019, a destruição de empregos na cidade do Rio (16,8%) foi o dobro da média das capitais (8,8%) e mais de três vezes a do país (4,9%), como mostra o quadro a seguir.

Número de empregos e variação percentual entre 2014 e 2019 (Capitais e Brasil)				
Unidade Territorial	Estoque 2014	Saldo acumulado 2015-2019.11	Estoque estimado 2019.11	Variação (%) 2014-2019.11
Belo Horizonte - MG	995.120	-95.120	899.958	-9,6
Brasília - DF	779.483	624	780.107	0,1
Curitiba - PR	715.441	-49.420	676.021	-5,5
Fortaleza - CE	688.871	-91.067	597.804	-13,2
Porto Alegre - RS	566.238	-66.342	499.896	-11,7
Recife - PE	555.321	-85.750	469.571	-15,4
Rio de Janeiro	2.129.316	-356.968	1.772.348	-16,08
Salvador - BA	630.300	-78.011	899.958	-9,6
São Paulo - SP	4.399.123	-243.121	780.107	0,1
Total das Capitais	14.803.622	-1.309.428	13.494.194	-8,8
Brasil	39.567.905	-1.925.515	37.642.390	-4,9

A cidade do Rio está inserida em uma região metropolitana das mais pobres do país. Devido à histórica desconsideração pelas populações que diariamente vêm à cidade para trabalhar, estudar ou em busca de serviços de saúde e outros, o entorno da cidade desenvolveu-se sem qualquer apoio. Os empregos e os serviços públicos, em sua grande maioria estão na sede da metrópole e sua provisão recai em grande parte na cidade, sobrecarregando a estrutura existente.

O atual prefeito virou as costas para a agência metropolitana, criada pela Lei complementar 184/2018, renunciando a instrumentos fundamentais para coordenação metropolitana. Desconsiderando seu entorno, o Rio perde a oportunidade de liderar um projeto regional de desenvolvimento metropolitano, para superação mais rápida da situação emergencial, para prover serviços públicos descentralizados, racionalizar e distribuir as despesas municipais da Região Metropolitana e produzir riqueza coletiva em uma hierarquia de produção, prestação de serviços e consumo positiva para todos os municípios.

A cidade do Rio de Janeiro tem condições de superar a crise e voltar a crescer, recuperando seu peso no cenário nacional e internacional. Pode, a partir de diagnóstico correto e de políticas adequadas, recuperar sua posição histórica de destaque e promover sua economia com geração de empregos de melhor qualidade para, assim, tratar melhor sua gente.

Isso porque a cidade do Rio manteve suas características e potencialidades durante a crise. Por exemplo, mantém sua imagem internacional, apesar do desgaste com a segurança, e continua sendo o destino preferido para viajantes brasileiros e do exterior. Manteve os melhores indicadores nacionais de escolaridade (embora baixos) e PIB (2ª maior entre as capitais, embora muito desigual).

A cidade do Rio concentra e forma mão de obra mais qualificada quando comparada às demais cidades do país e à maior parte da América Latina. Sedia grandes empresas privadas e estatais, instituições públicas de financiamento, universidades e instituições de pesquisa conceituadas.

Existem importantes frentes de expansão a serem estimuladas junto aos vizinhos da região metropolitana, como infraestrutura de saneamento, mobilidade urbana e habitação, infraestrutura para conexão, com implantação de fibra ótica em toda RM; setores como óleo e gás, de tecnologia e de serviços.

A cidade do Rio pode, ainda, ampliar sua participação na rede de gestão global e de atividades de serviços, formada por crescente número de cidades capazes de vincular diretamente suas economias com os circuitos internacionais. Existem já instaladas na cidade estruturas de serviços financeiros, jurídicos, contábeis, culturais e de comunicações, entre outros, para atendimento a empresas locais e filiais de multinacionais.

A gestão municipal tem muito a contribuir para retomada da economia e são propostas estruturantes neste sentido:

- ★ Implantar o programa emergencial de empregos para enfrentar, no curto prazo, o quadro de aprofundamento da crise social do município derivada do declínio das atividades econômicas em função da longa crise econômica nacional, agora agravada pela pandemia do COVID 19
- ★ Articular o conjunto de políticas públicas municipais ao esforço de geração de emprego e renda, nos diferentes territórios, utilizando poder de compra do estado, em diálogo com a população, movimentos sociais, sindicatos, empresas
- ★ Articular os desafios urbanos e sociais ao esforço de ciência, tecnologia e inovação, movimentando novos setores econômicos e novos arranjos produtivos e alavancando educação, saúde, cultura, segurança alimentar, mobilidade, habitação
- ★ Retomar o setor turismo, com vetor de desenvolvimento econômico, social e ambiental, com articulação entre o setor público, setor privado, academia e a sociedade, para construção das condições para o pós pandemia
- ★ Integrar a produção e abastecimento de alimentos, a preservação ambiental e a organização da ocupação territorial na capital, tendo como prioridade a população mais pobre
- ★ Conduzir a transição ecológica como objetivo de governo, impactando serviços públicos e processos administrativos como oportunidade para desenvolvimento econômico e inclusão produtiva.
- ★ Ampliar as oportunidades de emprego e renda a partir do estímulo à economia criativa, cooperativismo, economia solidária, pequenos comércios e produção locais, entre outros, lançando mão do poder de compra do estado e da coordenação de investimentos, em uma ação anticíclica nesse momento de crise
- ★ Contribuir para fortalecimento dos complexos produtivos da Saúde e do Óleo e Gás, potencializando a grande capacidade instalada no município do Rio e Região Metropolitana, para encadeamento tecnológico, industrial e de serviços.
- ★ Articular junto aos atores envolvidos, a ampliação da participação do Rio na prestação de serviços financeiros, jurídicos, contabilidade, cultura, pesquisa e normatização, audiovisual, propaganda e gestão de alto nível, incluindo o circuito global.
- ★ Conceber o desenvolvimento econômico da cidade articulado à Região Metropolitana.

A Câmara metropolitana criada em 2014 pelo governo do estado, elaborou o PDUI - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - contendo as funções públicas de interesse comum que serão tratadas de forma compartilhada pelos municípios da RM. Ao lado dos assuntos de saneamento, habitação, mobilidade e mudança de clima, a promoção do desenvolvimento econômico e social, geração e distribuição de renda foi incluída como de interesse comum como forma de descentralizar o desenvolvimento na RM. A diretriz é a construção de uma metrópole polinucleada que aproxime a moradia ao trabalho do cidadão.

Os estudos realizados pela Câmara até a aprovação da lei que criou a RM apontaram a existência de potencialidades em diferentes espaços - chamadas de macrorregiões - a serem desenvolvidas pelo Instituto Rio Metrópole, muitas delas justificadas em outros estudos. Partem das estruturas produtivas existentes e propõem o alongamento dessas estruturas de forma a dar estabilidade e dinâmica ao pouco que ainda resiste na RM e na cidade. São elas:

- RM Oeste - porto de Itaguaí, zona oeste e adjacências mostra-se atraente para o desenvolvimento da retroárea do porto, com implantação de estruturas logísticas, polos e zonas de processamento industrial
- RM Norte – liderado pela Refinaria de Duque de Caxias e indústrias da Baixada Fluminense, apresenta histórico de produção industrial de matriz tradicional, onde despontam atividades de mecânica, metalurgia, química e demais associados ao setor de óleo e gás, em pequenos e médios empreendimentos que podem ampliar o escopo para outras indústrias
- RM Leste - sob a liderança de Niterói como provedora de serviços para a região, esteve apoiada no que seria o Comperj e perdeu a sustentação inicial com a interrupção do projeto pela Petrobrás, mas pode ser retomado a partir de oportunidades estudadas e propostas pelo Instituto
- RM Norte - fundo da Baía de Guanabara tem tradição na produção de alimentos, na pesca artesanal, na preservação ambiental. A cidade do Rio, em conjunto com os demais municípios pode estimular a produção agrícola de baixa renda para consumo pelas escolas municipais utilizando-se de programas federais que são utilizados apenas em maior intensidade por Rio Bonito
- HiperCentro - liderado pela cidade do Rio, apresenta-se com inúmeras potencialidades ligadas à prestação de serviços complexos, pesquisa, inovação e tecnologia de ponta dada a qualificação da população e a presença expressiva de grandes centros de pesquisa, notadamente o Cenpes, da Petrobrás, o parque tecnológico do Fundão, a Farmanguinhos - maior laboratório farmacêutico oficial do país - e a Biomanguinhos.

São propostas para alavancar o amplo potencial de desenvolvimento compartilhado na Região metropolitana:

★ Criar, em proposta junto à Câmara Metropolitana, um corredor tecnológico unindo a PUC-RJ até a REDUC, que inclui, ainda, ilhas de inovação em Guaratiba (Polo Científico e Tecnológico do Exército), onde deverá se instalar o Sistema Defesa-Indústria-Academia de Inovação em Guaratiba; a Universidade Rural (Seropédica); a área industrial em Nova Iguaçu, onde se concentra a indústria de materiais de defesa e a de cosméticos (farmoquímica) do estado do Rio de Janeiro; e as universidades e centros de pesquisa de Niterói.

★ Elaborar, no âmbito da Câmara Metropolitana, um Plano de desenvolvimento econômico científico tecnológico da RMRJ - PDECT- que definirá as bases dos mecanismos de incentivos a serem utilizados para fortalecer o Corredor e atrair novos investimentos, especialmente nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia, grafeno, robótica, cibernética, informática, microeletrônica e petróleo e gás.

★ Ampliar a cooperação metropolitana para microcrédito, a economia solidária e a agricultura familiar

★ Potencializar os instrumentos de coordenação metropolitana como a agência executiva - Instituto Rio Metrópole - e o fundo de desenvolvimento para estruturação de projetos de desenvolvimento da RM, com apoio político e técnico

O Rio de Janeiro que ao longo de sua história sempre foi o principal destino turístico do Brasil e um dos mais importantes do mundo. Suas belezas naturais, sua riqueza cultural e a alegria do seu povo sempre foram motivo de encantamento no Brasil e no Mundo. Nos últimos anos, no entanto a falta de planejamento e o descaso com a cidade tem feito o Rio perder importância, descendo vários degraus nessa preferência.

A gestão turística não tem prioridade, as instituições estão esvaziadas, sem planejamento, sem recursos para promoção, sem programas de qualificação e sem a participação efetiva da sociedade e do setor privado no seu processo de decisão. Vivemos uma ressaca do período pós copa e olimpíadas com um número grande de hotéis que foram inaugurados e que hoje amargam baixas taxas de ocupação. O segmento do turismo de negócios sofreu impacto pelo esvaziamento econômico da cidade em especial o segmento de petróleo e gás.

O Rio perdeu importância na captação e realização de eventos corporativos em função de pouco investimento na promoção da cidade como destino de eventos e da precarização da infraestrutura para eles.

O patrimônio construído e subutilizado nas regiões centrais da cidade e sua utilização para moradia social e/ou comércio e serviços não estão devidamente mapeados e não há números disponíveis sobre quantidade ou qualidade deste.

A atual administração vem criando dificuldades imensas para realizações de eventos culturais e esportivos imputando aos seus organizadores uma elevada carga de obrigações e burocracia desestimulando um calendário mais efetivo na cidade. Sem falar é claro na obsessão de destruir a maior de nossas festas, o Carnaval.

A pandemia agravou fortemente o quadro, demandando novo olhar, novas ações, projetos, comunicação do turismo da cidade do Rio de Janeiro

Vamos retomar o setor turismo, com articulação entre o setor público, setor privado, academia e a sociedade, para construção de novas bases de segurança sanitária, sustentabilidade ambiental e inclusão social. São propostas o turismo com vetor de desenvolvimento econômico, social e ambiental:

- ★ Valorizar o turismo como instrumento de promoção da cultura da cidade, valorizando a música, as danças, as festas, as tradições cariocas.
- ★ Articular o turismo à comercialização da pequena produção agrícola, do artesanato entre outros, de forma que estes produtos da cidade e do estado estejam à disposição nos locais muito visitados
- ★ Reestruturar do Conselho Municipal de Turismo como principal Fórum da gestão compartilhada e da articulação entre o poder público, o setor privado, o terceiro setor e a academia.
- ★ Implantar o observatório do turismo, sistema público de informações em parceria com as universidades para facilitar a tomada de decisões, monitoramento das atividades e captação de novos negócios.
- ★ Criar a Marca Rio com gestão profissional da imagem da cidade, com possibilidade de licenciamento gerando recursos para a promoção da cidade além da possibilidade de criação de inúmeros produtos em parceria com as comunidades.
- ★ Organizar calendário anual de eventos alinhado com os períodos de baixa ocupação hoteleira criando condições para melhorar ocupação hoteleira; utilizar o tema Carnaval para desenvolver eventos durante todo o ano gerando emprego para o conjunto de profissionais e artistas que vivem dessa indústria; retomar em parceria com rio convention&visitors

bureau o programa de captação de eventos, como alternativa para melhoria de ocupação em períodos de baixa temporada.

- ★ Criar o programa No caminho do Turista, inserindo a produção artesanal, agrícola e cultural da cidade do Rio de Janeiro nos locais de hospedagem e visitação de turista, aumentando o gasto médio do turista e inserindo pequenos produtores e artistas no mercado turístico.
- ★ Utilizar a parceria com a Rio Filme como um instrumento de produção voltado para a promoção turística e cultural da cidade criando facilidade para que produções áudio visuais do mundo todo possam ter o Rio como cenário.
- ★ Criar um programa permanente de formação profissional em parceria com SENAC, inserindo no mercado turístico jovens profissionais; criar um programa de qualificação de empresas em parceria com Sebrae, melhorando a qualidade dos serviços prestados.
- ★ Criar o programa Meu Rio levando a população do Rio e os trabalhadores do turismo a conhecer os atrativos na baixa temporada como forma de aumentar o conhecimento e conscientizar para a importância do turismo.
- ★ Priorizar a valorização, a gestão e o turismo nas UC e suas zonas de amortecimento juntamente com a regularização do uso do solo das zonas de amortecimento para proteger as UC das ocupações irregulares e invasões. Desenvolvimento socioeconômico territorializado (comunidades)
- ★ Articular com os demais municípios turísticos do estado um produto integrado aumentando o tempo de permanência do turista na cidade

O desenvolvimento sustentável das diversas regiões da cidade, em especial aqueles territórios historicamente vulneráveis, passa por identificar potencialidades de atividades e arranjos produtivos, que combinem desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Todo território tem potencial econômico e de desenvolvimento e o Rio é marcado pela intensa presença da economia popular, fundamental para a sobrevivência de milhares de famílias.

O desafio é articular essa economia popular presente em toda a cidade com a economia solidária, e a economia formal, especialmente nas regiões periféricas. Cabe ao poder público ajudar a desenhar e executar a construção dessas redes por todo o Rio, respeitando a vocação econômica de cada região.

Vamos planejar as ações de governo a partir de um detalhado conhecimento sobre o tecido socioprodutivo e as vocações de cada região da cidade. E, a partir da realidade de autoocupação econômica dos excluídos do trabalho assalariado, do comércio do bairro, dos prestadores de serviços locais, microempreendedores individuais, polos gastronômicos, feiras livres e orgânicas presentes nas regiões, articular o desenvolvimento local com promoção de atividades econômicas autogestionárias, o incentivo aos empreendimentos econômicos solidários, bem como a criação de novos grupos e sua integração a redes associativistas e cooperativistas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços.

São propostas para o desenvolvimento econômico do Rio apoiado no empreendedorismo popular, oferecendo novas oportunidades de acesso a trabalho e renda à população, seguindo o conceito de cooperativismo solidário que viabilizem atividades sustentáveis econômica e ambientalmente e renda digna para quem trabalha:

- ★ Criar o **Banco para o Empreendedorismo Popular do Rio**, com a finalidade de organizar redes e arranjos produtivos em diversas atividades, oferecendo a moeda social Carioca, microcrédito, apoio à formação de cooperativas, capacitação profissional, acesso à aplicativos de comercialização, dentre outros
- ★ Recompôr e revitalizar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico Solidário - CONDESOL
- ★ Criar plataformas tecnológicas de internet para oferta de diversos serviços profissionais gerida por cooperativas dos profissionais. Identificação e mapeamento de pequenos negócios, microempreendedores, prestadores de serviços locais (gasista, bombeiro-hidráulico, mecânico, pintor), artesões, costureiras e empreendimentos econômicos solidários, dentre outros, conforme previsto na lei Nº 5435/2012.
- ★ Implantar Programa de fomento aos arranjos produtivos e polos, em especial os gastronômicos, por sua característica agregadora e de expressão de cultura, história e memória da cidade. Festivais e eventos locais geram divulgação, renda, espírito colaborativo e consciência de pertencimento.
- ★ Estimular as cadeias produtivas específicas (coleta seletiva, turismo de base comunitária, plantas ornamentais, trabalhos artesanais, samba, cultura etc.) pela importância agregada dessas áreas para a identidade carioca.
- ★ Requalificar o comércio ambulante, realizando o cadastramento, organizando os espaços de comércio e apoiando-os com capacitação profissional e acesso a plataforma de internet para comercialização dos seus produtos e oferta de serviços.
- ★ Criar e ampliar circuitos de Economia Solidária, Comércio Justo, Feiras Orgânicas, Festivais gastronômicos com ocupação racional das praças e espaços públicos
- ★ Articular, a partir da organização local, a criação de moedas, com a finalidade de desenvolver as atividades econômicas locais nos territórios de nossas comunidades. A referência é a moeda Mumbuca da cidade de Maricá.

A economia criativa envolve a criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam criatividade, cultura e capital intelectual como insumos primários. É um segmento que vem crescendo a participação na economia e encontra importante capacidade instalada no Rio de Janeiro, além da forte vocação do povo carioca, que tem a criatividade como qualidade reconhecida.

Constituída por atividades ligadas ao design, moda, arquitetura, cinema, música, vídeo, artes cênicas, publicidade, os softwares para o lazer, artesanato, entre outros, a economia criativa gera empregos, renda e promove a diversidade cultural.

São propostas para apoiar o desenvolvimento da economia criativa no Rio de Janeiro:

- ★ Desenvolver o fomento às atividades da economia criativa, oferecendo acesso à crédito, capacitação profissional e apoio à comercialização via plataforma de internet
- ★ Revitalizar a RioFilme, oferecendo financiamento à produção audiovisual do Rio, em amplo diálogo com as empresas produtoras de audiovisual da cidade.
- ★ Apoiar as instituições de formação de profissionais dos setores de audiovisual e de música.
- ★ Construir com os músicos um programa de fomento à produção musical na cidade e de apoio a realização de circuitos de apresentações.

A alimentação é um direito constitucional desde a aprovação da PEC 047 de 2003. Reconhecido pelo Pacto Internacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado por 153 países, inclusive o Brasil. Esse direito pressupõe uma alimentação adequada, tanto do ponto de vista de quantidade como de qualidade, garantindo a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o direito à vida, entendido aqui como o acesso à riqueza material, cultural, científica e espiritual produzida pela espécie humana. O avanço das políticas pelo direito à alimentação é um legado dos Governos Lula e Dilma. O Rio de Janeiro tem a cesta básica mais cara do Brasil, com um aumento médio de 30% nos últimos 2 anos chegando ao valor de R\$533,66 (DIEESE/março de 2020). A alimentação é também saúde, justiça territorial e preservação ambiental. A produção de alimentos saudáveis e plantas medicinais fortalecendo a agricultura familiar, à saúde, os ciclos de curta duração, os diferentes fazeres e suas populações e organizações sociais e políticas devem ser norteadores para uma política do Partido dos Trabalhadores que vai direcionar sua prioridade de ação para atender a população mais pobre do município, integrando ações com outros municípios e fortalecendo a participação direta de jovens, mulheres e população das favelas e periferias do RJ. Esse pode ser um instrumento potente de enfrentamento das ameaças aos territórios urbanos que sofrem com pressões das milícias e imobiliárias, bem como a garantia de preservação das áreas que ainda podem ser destinadas a produção rural. O setor primário da cidade do Rio de Janeiro, em que pese sua invisibilidade para grande parte das pessoas, é promotor de emprego e renda, contribui para sustentabilidade ambiental e segurança alimentar. Segundo o ASPA/Emater-Rio, em 2018 a Agricultura Familiar da cidade produziu diversas espécies de hortaliças e frutas, como abacate, abobrinha, agrião, aipim, alface, banana nanica,

banana prata, batata doce, berinjela, caqui, cebolinha, chicória, chuchu, coco verde, couve, jiló, maracujá, quiabo, salsa e vagem, o que envolveu 998 mobilizando 2.240 hectares. Dados do Censo Agropecuário do IBGE dão conta da existência de um total 1.101 agricultores/as na cidade ocupando 7.157 hectares de áreas agrícolas, onde se inclui propriedades de empresas, instituições públicas e condomínios, dentre as quais refere que 5.526 pertencem à agricultores/as individuais. Vale detalhar esse conjunto identificado pelo IBGE: açaí, acerola, cacau, café, goiaba, jaca, laranja, limão, manga, mamão, palmito, abacaxi, alho, amendoim, cana-de-açúcar, cebola, ervilha, feijão, mamona, milho, sorgo forrageiro, tomate rasteiro, pastagens, Sistemas Agroflorestais, criações de avestruzes, búfalos, caprinos, ovinos, galináceos, muares, perus e suínos. No segmento de produção de flores e plantas ornamentais a cidade se destaca em quantidade e qualidade, que se concentram em Ilha de Guaratiba, Barra de Guaratiba, Vargem Grande, Vargem Pequena, Mendanha e Rio da Prata de Campo Grande, entretanto, como os dados referentes a essa região incluem produtores/as de Saquarema, Itaboraí e Maricá, do total de 359 produtores/as, precisamos refinar essa informação para identificar o percentual localizado na Cidade do Rio de Janeiro. O cenário de injustiça econômica, social e ambiental e de ausência de políticas públicas está provocando acentuado êxodo deste segmento produtivo para outras atividades, principalmente por estarem mais sujeitos à violência urbana em grande parte, mas em alguns bairros também são pressionados pela especulação imobiliária, como é o caso de Ilha de Guaratiba, Barra de Guaratiba, Vargem Grande, Vargem Pequena, Mendanha e Rio da Prata de Campo Grande. Atualmente não existe uma estrutura institucional de governo no Município para o desenvolvimento da produção de alimentos. O único projeto de agricultura urbana é o projeto Hortas Cariocas na Secretaria de Meio Ambiente.

São propostas para uma nova política que integre a produção e abastecimento de alimentos, a preservação ambiental e a organização da ocupação territorial na capital, tendo como foco a ampliação do acesso à alimentação de qualidade para a população em geral, com prioridade a população mais pobre:

- ★ Debater e implantar, com ampla participação a participação da população dos territórios, em especial mulheres e jovens, desde a formulação, planejamento execução e gestão, um programa de segurança alimentar que promova a produção familiar, atue sobre o valor final da cesta básica e promova o atendimento direto da população de baixa renda
- ★ Promover uma política de abastecimento integrada com a produção familiar e a agricultura urbana da Capital com instrumento como:
 - Programa de Alimentação Escolar (nos moldes do PNAE), para garantir a compra da alimentação escolar na Capital para as escolas municipais e creches da agricultura familiar.
 - Programa de Alimentação Escolar das Favelas, articulando com os territórios das favelas uma política de abastecimento escolar voltada para os circuitos da agricultura familiar municipal e das regiões do estado
 - Programa de Aquisição de Alimentação (PAA - Institucional - Para atender projeto de Restaurante Popular e sacolões. (em interface com Assistência social)
 - Programa de fortalecimento da Agricultura Urbana - Implementação da Política de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana do Município do Rio de Janeiro

- Programa de fortalecimento da pesca artesanal
- Programa de hortas comunitárias e nas escolas (em interface com política de educação)
- Ocupação de áreas públicas com potencial para a produção de alimentos com o Programa Hortas Comunitária.
- Programa de preservação sustentável com manejo de agricultores familiares, pescadores artesanais, marisqueiras.
- ★ Implantar os **Espaços de Alimentação** em favelas e periferias da cidade, com ações como a construção de hortas, restaurante populares, central de abastecimento do território (fomentando a produção local), cozinha comunitária, salas da saúde (com formação e atendimento em fitoterápicos), assistência com cestas básica e articulado a uma política de compra de alimentos das escolas por parte da agricultura familiar local ou regional.
- ★ Promover um inventário dos terrenos da prefeitura com mapeamentos dos terrenos e das comunidades, as necessidades atuais de escolas, de equipamentos destinados ao mercado e restaurante popular. Elaborar uma delimitação de zonas rurais, que hoje são inexistentes no espaço municipal, em áreas frágeis de baixadas e encostas contíguas a APAs e parques, como estratégia de contenção da expansão imobiliária irregular nestas áreas e proteção ambiental
- ★ Promover consórcio intermunicipal para ampliar os circuitos e cursos de comercialização com municípios da Região Metropolitana, Região Serrana, Sul e Norte do Estado.

O setor da Saúde e o setor do Óleo e Gás se destacam no município do Rio e Região Metropolitana, pela capacidade instalada em grandes empreendimentos industriais, em instituições de formação e pesquisa, e potencial para encadearamento produtivo tecnológico, industrial e de serviços.

A prefeitura vai contribuir para favorecer a implantação de empresas, a formação de cadeias produtivas, a internalização dos efeitos benéficos desses empreendimentos pela cidade e região.

Complexo Tecnológico, Industrial e de Serviços da Saúde

São propostas para articular e potencializar o complexo econômico da saúde, como grande vocação carioca:

- ★ Desenvolver projeto de fortalecimento da cadeia produtiva da saúde na cidade, constituindo grupo executivo que articule o SUS, a área de C&T (FIOCRUZ, COPPE, CCS/UFRJ, POLO DE BIOTECNOLOGIA), FIRJAN, BNDES e FINEP, tornando o Rio um centro de referência em fármacos, equipamentos e serviços de saúde.
- ★ Apoiar o projeto do complexo tecnológico e industrial de biotecnologia e saúde de Santa Cruz, um investimento da FIOCRUZ de 3,4 bilhões de reais. Cuidar do entorno do Distrito Industrial de Santa Cruz para atrair a rede de fornecedores de insumos e serviços.
- ★ Articular parcerias entre instituições como a COPPE e a FIOCRUZ, para a geração de um parque tecnológico de fármacos e equipamentos para a saúde na Avenida Brasil, criando um ambiente de inovação, de investimentos privados e de geração de empregos
- ★ Apoiar a transferência de tecnologia e a produção da vacina para a COVID 19 pela Fiocruz

Óleo e Gás

São propostas para potencializar o complexo produtivo do Óleo e Gás, que já foi motor do desenvolvimento da cidade e do estado:

- ★ Mobilizar a capacidade de articulação, comunicação e negociação da Prefeitura para fomentar parcerias e iniciativas com a Petrobrás para fortalecer a rede de fornecedores da Petrobras e das empresas do setor no Rio e o desenvolvimento da cadeia produtiva do setor.
- ★ Fortalecer o parque tecnológico da UFRJ
- ★ Articular junto a empresas e governos e contribuir para a recuperação da indústria naval no Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro possui infraestrutura de CT&TI de grande potencial expressivo número de instituições de ensino, pesquisa e fomento à inovação, importantes setores e cadeias produtivas potencialmente demandantes de CT&TI. Instituições referência entre elas FIOCRUZ, CEPEL/Eletróbrás, CENPES/Petrobrás, INMETRO, INT, CBPF, CETEM, LNCC, MAST, ON, IMPA, RNP; Centros SIBRATEC; seis universidades públicas - UFRJ, UFRRJ, UNIRIO, UERJ, UEZO, UENF e duas IFEs. Atuam no município setores como: bem de capital e da defesa, a cadeia produtiva do petróleo, gás e biocombustíveis, fármacos e petroquímica, a construção civil, a agropecuária, tecnologia da informação e comunicação. O turismo, cultura, economia solidária, também podem ser impulsionados pela CT&TI.

Entretanto o quadro mostra que o conhecimento gerado pelas instituições raramente é apropriado localmente. A FAPERJ, SECTI e Agência de Desenvolvimento do Município não são atores ativos na formação de redes e incentivo a tecnologias. Os desembolsos do BNDES e Finep para as cadeias produtivas são pequenos se comparados com a participação de municípios/capitais localizados de MG E SP

São propostas para um plano de transformação da cidade do Rio de Janeiro como uma sociedade do conhecimento e inclusão digital:

- ★ Criar efetivo Sistema de CT&TI e consolidar a infraestrutura de pesquisa, em diálogo com comunidade científica e tecnológica, organizações empresariais e sindicais, movimentos sociais e em articulação com o sistema nacional
- ★ Conectar o sistema de CT&TI para impulsionar e qualificar as vocações do município, turismo, cultura, agricultura sustentável, economia solidária, dentre outros
- ★ Fortalecer instituições de ensino e pesquisa, articuladas com sistema S, para formar profissionais em tecnologias estratégicas para o desenvolvimento local
- ★ Realizar planejamento estratégico, envolvendo setores público e privado, diferentes atores dando sinergia à rede CT&TI articulando aos grandes desafios do município
- ★ Implementar ações de popularização, difusão e apropriação de CT&TI
- ★ Expandir e aperfeiçoar programas de apoio a redes de Tecnologia Social, Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Praças da Cidadania
- ★ Estimular a criação de incubadoras de empresas de base tecnológica e social e montagem da Start up Rio, incentivando jovens a criarem soluções disruptivas
- ★ Articular com as empresas locais de TI, a partir do poder de compra do município
- ★ Ampliar programas de inclusão digital do Estado, banda larga - serviço público
- ★ Criar Gabinete Digital: promover diálogo, compartilhar conhecimento e participação social na definição, acompanhamento e execução das políticas públicas
- ★ Garantir aparato de TIC e ferramentas digitais “big data”, para consultas públicas orientativas sobre grandes temas e interação permanente com a população
- ★ Implantar o projeto de Cidade Inteligente, Humana e Sustentável, utilizando sensores e controladores, com prioridade para tecnologia local, para cuidar da iluminação pública, do trânsito, dos estacionamentos públicos, nível de obstrução de sistemas de drenagem, dentre outros. A rede de telecomunicações para o controle da iluminação pública disponibilizará pontos para conexão internet sem fio (Wi-Fi) para a população em pontos definidos pela Prefeitura e obrigatoriamente para Escolas e Unidades de Saúde.

Universalizar a Internet na Cidade e Promover a Inclusão Digital

A internet em banda larga se tornou a grande infraestrutura de comunicações do século 21. Ao integrar as redes de comunicações de todo o planeta, ela incorpora o tráfego de voz, dados e imagem em alta velocidade, com alta confiabilidade, tornando-se a base para as gigantescas transformações econômicas e sociais que estão em curso.

A pandemia da COVID 19, ao promover o necessário isolamento social, escancarou a importância dessa rede ao permitir que as pessoas, mesmo isoladas, pudessem se reunir, trabalhar, ter acesso a muitos serviços, tais como a educação à distância e o trabalho remoto.

Os serviços de acesso à banda larga, tanto fixa quanto a móvel, são regidos por leis federais, sendo regulados e fiscalizados pela ANATEL. Ocorre que as empresas operadoras dos serviços de banda larga não prestam os seus serviços em regime de concessão e sim de autorização, não tendo, portanto, a obrigação de universalização dos acessos.

Por conta desse fato, as operadoras implantam redes nas áreas onde podem obter o maior retorno de seus investimentos, ou seja, nas áreas da cidade onde residem ou trabalham as pessoas de maior nível de renda.

Como a banda larga se tornou uma plataforma dominante para atividades econômicas, para a educação, para os serviços de saúde, para acesso à cultura e ao entretenimento, dentre outros, esse acesso deve ser viabilizado às populações de menor renda pelo poder público como parte das ações para reduzir a desigualdade social.

Vamos desenvolver um programa de universalização do acesso à banda larga no município, oferecendo subsídio às famílias de baixa renda. O programa vai envolver:

- ★ Desenvolver, a partir de licitação segmentada por área, Plano familiar social para famílias inscritas no CADÚNICO e aquelas com filhos matriculados nas escolas da rede pública, com banda larga fixa residencial e tarifa social
- ★ Realizar a conexão em banda larga na última milha por redes sem fio, com tecnologia 5G, de alta velocidade e já disponível, através de frequências licenciadas pela ANATEL ou por fibra ótica.
- ★ Garantir acesso a computadores ou tablets aos professores da rede municipal, assim como aos alunos.
- ★ Promover conexão em fibra ótica de alta velocidade e Wi-Fi em todas as salas de aula e dependências das escolas municipais.
- ★ Promover conexão em banda larga nas unidades de saúde, de assistência social e outros órgãos do município.
- ★ Disponibilizar acesso à internet e spots de Wi-Fi públicos e gratuitos em muitos logradouros públicos e nas proximidades das escolas municipais e de outras edificações de órgãos públicos.

A sensação de insegurança marca crescentemente a cidade do Rio de Janeiro. Uma situação que atinge a qualidade de vida de todos, mas que é agudamente mais forte em endereços e para populações específicas.

Parte importante da sua população corre risco muito maior de se tornar vítima de violência doméstica, social e policial. São pessoas negras, jovens, população LGBTQIA+, mulheres, idosos, pessoas que professam religiões de matriz africana, entre outros. Áreas significativas do território da cidade vivem sob o risco muito maior de ocorrência de situações diversas de violência.

A prefeitura atual vira as costas para a violência e suas vítimas e invisibiliza grupos, desintegra partes expressivas do seu território. Não existe diálogo e participação da população para elaboração, acompanhamento e avaliação da política municipal de segurança. A visão de Guarda Municipal no atual prefeito é de repressão aos trabalhadores, práticas sociais e costumes agregadores do carioca.

Este tipo de segurança, que concentra a administração dos conflitos sociais na ação repressiva da polícia é a mesma política estadual e federal que, em nome do combate à criminalidade, vem deixando espaço para que criminosos, sejam os traficantes de droga ou integrantes das milícias assumam a administração dos problemas das pessoas e controlem territórios.

Este programa de governo propõe que a Prefeitura assuma o papel fundamental que lhe cabe na prevenção da violência e na promoção da segurança urbana. com políticas integradas, interdisciplinares e setorializadas. São propostas neste sentido:

- ★ Ampliar o diálogo e participação social na política municipal de segurança pública e fomentar Fóruns Locais Comunitários, para prevenção de violência e administração de conflitos
- ★ Articular nos territórios, com prioridade para os mais vulneráveis, o conjunto de políticas que contribuem para a promoção da segurança pública, como administração e ordenamento urbano, incluindo iluminação, coleta de lixo, transporte público, regularização de moradias, praças e demais espaços públicos; geração de emprego e renda, com apoio ao empreendedores locais; educação, com mobilização dos professores e comunidade; cultura, esporte e lazer, com foco nas manifestações culturais locais
- ★ Favorecer a gestão social, incrementar o uso e acesso aos Espaços Públicos Urbanos (EPU), oferecendo-os como bem e serviço público ao conjunto da população e retomando a centralidade da prefeitura no seu ordenamento, a partir do planejamento participativo
- ★ Promover a atuação integrada nos territórios das políticas municipais de saúde, educação, cultura, para prevenção das violências domésticas, envolvendo comunidades, escolas, famílias na reflexão e promoção da cidadania
- ★ Promover ações nos territórios mais vulneráveis articulando as políticas públicas de assistência social, educação, cultura, esporte, saúde, voltadas para mulheres, LGBTQIA+, juventudes, especialmente a juventude negra, construídas com ampla participação das populações envolvidas
- ★ Programas de base territorial voltados para a reintegração dos egressos do sistema prisional e do sistema de medidas socioeducativas, com atenção especial para suas famílias e com acompanhamento psicossocial, para interromper os ciclos de reprodução da violência instalados nos territórios e construir mecanismos de coesão social no nível local.
- ★ Fortalecer a atuação da **Guarda Municipal** na prevenção de delitos e administração democrática dos conflitos, tais como:
 - Gestão local da segurança pública, compreendendo e interagindo com a realidade dos territórios e demandando as políticas públicas necessárias
 - Vigilância e promoção do bom uso dos logradouros públicos
 - Apoio qualificado ao Conselho Tutelar no equacionamento da exploração de crianças, bem como a observância de mendicância infantil

- ★ Ampliar a presença da guarda municipal, redefinindo as Unidades de Guarda Municipal por áreas que possibilitem uma intensificação de suas presenças nos territórios mais vulneráveis, no patrulhamento escolar, na vigilância do mobiliário urbano e no atendimento à população
- ★ Debater e construir junto aos profissionais, uma proposta de estrutura de cargos e salários acoplado a um Plano de Carreira para os guardas municipais
- ★ Garantir capacitação profissional permanente, incluindo fortemente conhecimentos voltados para a administração de conflitos e gestão do espaço público; de compreensão dos determinantes locais da violência e das políticas públicas para cada situação
- ★ Ampliar a utilização de tecnologias de informação e comunicação, para prevenção de delitos:
 - Ampliar a vigilância integrada por câmeras, articulando com o conjunto de vigilâncias por câmera dos diferentes órgãos públicos
 - Integração de um sistema de comunicação com as empresas de ônibus, possibilitando o compartilhamento em tempo real de informações sobre ocorrências atualizadas nas vias públicas e expressas
 - Integração de um sistema de comunicação com taxistas - e motoristas de aplicativos, uma vez regularizados - possibilitando o compartilhamento em tempo real de informações sobre ocorrências atualizadas nas vias públicas e expressas
- ★ Fortalecer a Defesa Civil do Município, no seu papel fundamental na prevenção de desastres e minimização dos efeitos
- ★ Articular planos de segurança no contexto metropolitano, propor consórcios intermunicipais, aliando esforços e tecnologias que promovam a segurança pública.

O esporte tem forte presença na cidade do Rio de Janeiro, como manifestação social de imensa diversidade e como vetor de desenvolvimento econômico. O quadro da política municipal de esporte e lazer é marcado, entretanto, por descontinuidade política, precariedade orçamentária, equipes desvalorizadas; ausência de dados e indicadores, e de instrumentos de monitoramento

São grandes retrocessos do Governo Crivella, com extinção da secretaria municipal do esporte e lazer (SMEL), agora vinculada à Casa Civil; falta de pagamento das ONGs, fechamento de serviços e espaços públicos.

São propostas para o esporte e o lazer como direito social, com impactos na saúde, educação, cultura, segurança pública:

- ★ Debater e construir, com ampla participação, a política municipal de esporte e lazer, propondo estrutura adequada de gestão, políticas e programas integrados com educação, cultura, assistência social, saúde, turismo, qualidade de vida, obras etc.
- ★ Democratizar a gestão dos equipamentos públicos de esporte e lazer, com conselhos gestores, buscando ampliar acesso, qualifica a ocupação e diversificar as atividades para atender aos diversos segmentos etários. Integrar os projetos esportivos/recreativos voltados a utilização do tempo livre das pessoas
- ★ Qualificar a ocupação dos espaços públicos já existentes: Vilas Olímpicas, Cidade das Crianças Leonel Brizola (Santa Cruz) e Parque da Vizinhaça Dias Gomes (Deodoro)
- ★ Ampliar número de unidades do Programa Escola Aberta (SECAD/MEC), assegurando acesso ao lazer de qualidade nas comunidades sem Vilas Olímpicas e outros equipamentos

Eixo Rendimento:

- ★ Integrar sob o guarda-chuva do eixo Rendimento todos os projetos esportivos da administração pública municipal que têm como foco a formação de atletas
- ★ Criar espaços, horários e atividades específicas com o fim de treinamento desportivo e formação de atletas
- ★ Criar fundo com a participação da iniciativa privada e buscar recursos através da Lei de Incentivo do Esporte (Ministério do Esporte) para custear os projetos de formação e treinamento de atletas
- ★ Reformular e estruturar as Vilas Olímpicas existentes, com profissionais das próprias Comunidades, com parcerias com as empresas Públicas e Privadas
- ★ Apoiar as escolinhas de esportes dentro das Comunidades, incentivando as crianças e jovens a prática de esporte, sempre que possível contratando profissionais das Comunidades
- ★ Apoiar as Academias de Lutas que existem dentro das Comunidades: Box no Vidigal, Cantagalo e Maré, Muay thai, Box Tailândes na Rocinha e Jui-jitsu e MMA no Chapéu Mangueira e Babilônia. São exemplos de como é importante apoiar esses Projetos de lutas dentro das Comunidades e Periferias
- ★ Criar o Bolsa Atleta Municipal para esses atletas de média e alta performance das Comunidades

Para promover a melhora da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs é imprescindível atuar fortemente na melhoria da gestão e reorientar a aplicação de recursos públicos para priorizar o combate às desigualdades, a oferta de serviços públicos de qualidade, a preservação do patrimônio natural e construído.

A população reclama, com razão, dos serviços públicos oferecidos no Rio de Janeiro e acha que paga impostos demais. Na verdade, o orçamento do município é mal distribuído e está achatado, por baixa arrecadação redução de recursos federais nos sistemas nacionais de previdência, assistência, saúde e trabalho.

A máquina pública é complexa e enfrenta um desmonte sistemático de suas capacidades e inteligência, com forte pressão por um estado mínimo ultra neoliberal que aprofunda desigualdades

A Prefeitura do Município do Rio de Janeiro possui um quadro de servidores municipais de alta qualidade técnica, muitos dos quais possuem nível superior e anos de experiência na sua área de atuação. Os servidores e servidoras são, entretanto, muitas vezes insuficientes para as necessidades e demandas da prestação dos serviços, são poucas as oportunidades de capacitação e de valorização profissional.

Foram desenvolvidos pelas áreas e atores sociais, ao longo dos anos, planos que sinalizam as vertentes do desenvolvimento urbano e as dinâmicas de crescimento e funcionamento da cidade, como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio De Janeiro– 2011-2020, Plano de Mobilidade Urbana - 2015, Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) 2017-2020, Plano Municipal de Saneamento Básico - Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas – 2015, Plano Municipal de Educação - PME 2018-2028, Plano Municipal de Saúde 2018 – 2021, entre outros. Mas no geral é baixa a implementação, a destinação de recursos adequados, o acompanhamento e monitoramento desses planos na gestão atual.

A Prefeitura do Município do Rio de Janeiro possui 33 Comissões/Conselhos/ Comitês, instâncias formais de participação social, voltados para os principais temas de políticas públicas de atribuição da gestão municipal, além da iniciativa Participa.Rio

Contudo, a mera existência formal das instâncias e mecanismos não indica uma efetiva participação democrática e popular nas decisões do governo municipal. É necessário hoje um amplo processo de avaliação das competências, composição,

representatividade das instancias e mecanismos de participação, para que as políticas públicas e o orçamento municipal tenha o foco das necessidades e prioridades da população, para ampliar a transparência e controle das ações de governo, e as possibilidades de atuação da sociedade no âmbito do governo municipal.

Desde as primeiras experiências de governos municipais do PT, as gestões petistas são reconhecidas por implementarem canais institucionais de participação popular, criando o que se convencionou chamar “modo petista de governar”, introduzindo novas formas de relação entre governo e sociedade. Uma das marcas desse compromisso foi a disseminação do Orçamento Participativo (OP), implantado como política de participação popular, em vários formatos, nas prefeituras do PT, com prêmios internacionais e foi replicado em centenas de cidades, no Brasil e no exterior.

As tecnologias de informação, em conjunto com um constante esforço de inovação, são hoje elementos fundamentais para alcançar economias significativas de custo, maior eficiência e segurança para a gestão municipal, além de um melhor atendimento à população. No município do Rio de Janeiro, existem dois órgãos voltados para suportar estas atividades: o IPLANRIO, empresa municipal de informática, e o Instituto Pereira Passos. Porém, o que se observa na prática é uma cultura de não planejamento de TIC do governo municipal, assédio de fornecedores de TIC nos diversos órgãos, busca de soluções pirotécnicas e dispersas - o que faz com que a efetividade dos serviços de tecnologia, inovação e informação acabem sendo inconsistentes, pouco efetivos e não raramente vapores de boa intenção. No que tange ao ferramental de TIC hoje em uso na Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, salta aos olhos a diversidade de padrões que acabam não ajudando na integração de serviços - o que muitas vezes inviabiliza processos mais ágeis e efetivos. Além da diversidade de padrões e técnicas, existe um outro componente fundamental, que é o domínio da tecnologia adotada e os custos envolvidos. Software proprietário é hermético, caro na compra e na manutenção.

Este programa propõe um novo modo de fazer e conduzir políticas públicas, radicalmente democrática e participativa. Um modelo que incentiva a inovação, o uso de informações e tecnologias para prestar melhores serviços e promover políticas públicas eficazes para a realidade do município, para qualificar o gasto público, para monitorar e avaliar a gestão, e aprofundar a transparência.

São propostas, de curto, médio e longo prazos, para uma nova gestão da prefeitura do Rio de Janeiro:

- ★ Reconstruir a capacidade institucional, de planejamento e gestão da prefeitura do Rio de Janeiro, fortalecer os mecanismos de monitoramento e avaliação, com transparência e controle social para melhorar os serviços e promover políticas públicas eficazes integradas no território, com foco no enfrentamento das desigualdades, agravadas pela pandemia
- ★ Valorizar o servidor público, como protagonistas dessa mudança, com uma política de capacitação permanente e aperfeiçoamento dos planos de carreira e remunerações
- ★ Regionalizar políticas públicas de gestão dos territórios buscando compartilhamento intersetorial e cooperação na solução de problemas de saúde, educação, mobilidade, riscos ambientais, gestão de equipamentos
- ★ Implementar uma nova governança da cidade, com descentralização administrativa e de serviços através das Subprefeituras e Regiões Administrativas, com conselhos locais eleitos pela população.
- ★ Fortalecer mecanismos e instâncias de participação social, garantindo condições de funcionamento por meio da Casa dos Conselhos, e estabelecendo seguimento para as propostas e deliberações dos conselhos e conferências
- ★ Implantar o Orçamento Participativo como expressão da participação cidadã no Rio de Janeiro, com disseminação das informações sobre a situação do orçamento municipal e priorização, sob o olhar de cada região e segmentos da cidade
- ★ Criar o GABINETE DIGITAL da cidade do Rio, plataforma de internet inteiramente dedicada à participação social, para manter uma relação permanente e ágil com a sociedade, facilitar aos usuários fiscalizar e colaborar para a solução de problemas da cidade, como lâmpada queimada, buracos nas ruas, ou infrações no trânsito; abrindo a possibilidade de consultas à população, com menos custo e maior alcance
- ★ Aperfeiçoar o Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), ampliar e qualificar os conjuntos de dados disponibilizados pelos órgãos no portal de dados abertos, melhorando a transparência do município

do Rio de Janeiro e garantindo o cumprimento integral à Lei de Acesso à Informação

- ★ Criar e manter políticas de TIC para orientar órgãos e parceiros garantindo investimentos e soluções transversais e sinérgicas para a administração e o atendimento à população.
- ★ Instituir uma Política Municipal de Incentivo ao Teletrabalho nos órgãos da Administração Direta e Indireta, e nas empresas sediadas no município do Rio de Janeiro. O estímulo ao Teletrabalho contribui para a redução dos deslocamentos motorizados da população
- ★ Ampliar a coordenação e integração de dados, órgãos e empresas no Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro (CorRio) para maior resiliência em caso de desastres
- ★ Aprofundar o uso das tecnologias baseadas em Software Livre, para melhorar a segurança e independência dos nossos processos para com o fornecedor
- ★ Articular a governança dos dados gerados pelo governo em seus serviços e nas concessões - informações fiscais, saúde, matrículas escolares, programas sociais, transporte, lixo, câmeras de vigilância, postes de iluminação, redes de gás, água, esgoto, escoamento águas pluviais, redes de conectividade (telefonia e internet), poluição do ar e ambiente, arborização urbana
- ★ Implantar mecanismos para melhoria da qualidade dos gastos da prefeitura, tais como:
 - contratações públicas sustentáveis, que consideram critérios ambientais, econômicos e sociais em todos os estágios, transformando o poder de compra do Estado em instrumento de proteção ao ambiente e promotor de desenvolvimento
 - margens de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais visando o estímulo à inovação tecnológica no país
 - tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras
 - contratações públicas com garantias de fornecimento, pelo contratado, de dispositivos de coleta de dados e condições de monitoramento, incluindo painéis de controle e relatórios de disponibilidade e qualidade dos serviços prestados
 - formação de consórcios intermunicipais de prestação de serviços públicos com ganhos de escala e custo, sustentabilidade e qualidade

Uma comunicação institucional ativa, com espaços de diálogo e transparência é essencial na construção da gestão democrática. A comunicação institucional da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro é hoje pouco democrática e de baixa efetividade tanto internamente quanto para a população.

A Comunicação voltada para o servidor é basicamente eletrônica. A Comunicação com a população está centrada no Portal da Prefeitura e nas mídias sociais, com alternativa de uso da Central de Atendimento ao Cidadão 1746, serviço para o qual convergem todas as demandas dos moradores da cidade. O 1746 concentra mais de mil serviços municipais e é o principal meio de comunicação da prefeitura com cariocas.

São propostas de políticas públicas de comunicação, a serem implementadas pela prefeitura, com amplo diálogo com o poder legislativo e a sociedade civil:

- ★ Realizar a Conferência Municipal de Comunicação, com participação dos Poderes Públicos, e entidades da sociedade civil
- ★ Constituir o Conselho Municipal de Comunicação, com a maioria de representantes da sociedade civil com diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual e de pessoas com deficiência, para formulação, implementação e monitoramento das políticas municipais de comunicação
- ★ Estabelecer um percentual das verbas publicitárias públicas para mídias populares, comunitárias, livres e

O nosso Programa de Comunicação para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro tem como objetivos:

- Construir e implementar um Plano Municipal de Comunicação, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade carioca ao longo de todo o processo de elaboração e implementação.
- Fomentar a Comunicação como ferramenta de democratização da gestão pública, garantindo a transparência na gestão municipal e o acesso do cidadão a todas as informações necessárias para o pleno exercício da cidadania.
- Integrar as ações e políticas de Comunicação às demais políticas públicas do Município, contribuindo para o fortalecimento de políticas integradas
- Contribuir para a ampliação da pluralidade e diversidade das fontes disponíveis de informação na Cidade.

alternativas com vistas a garantir maior participação e pluralidade na comunicação do município, com critérios públicos de distribuição das verbas

- ★ Implantar programa de inclusão digital possibilitando a apropriação e qualificação do uso da rede pelos jovens das favelas, em especial os jovens negros
- ★ Resgatar e revitalizar o programa das Praças do Conhecimento (Cidade Digital) a partir de um mapeamento prévio dos equipamentos existentes e das necessidades de cada região
- ★ Transformar os telefones públicos em pontos wifi, principalmente nas praças e comunidades
- ★ Incentivar e promover experiências e projetos de educomunicação, em parcerias com organizações da

sociedade civil, direcionadas à população local

- ★ Implantar Pontos de Mídias nos Pontos de Cultura facilitando o acesso do cidadão comum à produção e divulgação de conteúdos informativos do seu bairro ou comunidade
- ★ Tomar as medidas administrativas e burocráticas junto ao Ministério das Comunicações para a instalação do Canal da Cidadania da TV Digital (aberta), com ampla participação da sociedade civil organizada
- ★ Dar apoio à iniciativa de instalação da Rádio UFRJ FM, como forma de fortalecer a rede pública de rádios. Incidir sobre este projeto para garantir que sua gestão e o foco de sua programação sejam efetivamente públicos.

São propostas para debate, na construção de uma comunicação institucional da Prefeitura junto aos cidadãos e cidadãs, pautada pelos princípios da transparência, democracia e eficiência:

- ★ Democratizar e dar a maior transparência possível às informações dos órgãos do Poder Executivo Municipal
- ★ Garantir o máximo de interatividade do portal <http://prefeitura.rio/>, permitindo à população acesso às informações sobre a gestão municipal, a utilização de serviços remotos da gestão municipal - matrículas, certidões e alvarás
- ★ Aperfeiçoar e divulgar os aplicativos já existentes, como o Taxi.Rio, 1746, Saúde.Rio, Servidor.Rio, Alerta.Rio e o Escola.Rio
- ★ Fortalecer e ampliar o Canal de Atendimento 1746. Dar maior conhecimento à população do serviço da Ouvidoria, produzindo relatórios mensais que serão publicados no Portal
- ★ Garantir uma gestão democrática e transparente na MultiRio, empresa municipal de multimeios, através de um conselho gestor que defina princípios, conteúdo e gestão orçamentária, bem como a escolha direta da direção da empresa, focada na produção para múltiplas plataformas e mídias (tv, rádio, web, impressa), de conteúdos voltados para a cidadania, a inclusão social, combate ao racismo e às discriminações.

A Receita Arrecadada pela Prefeitura cresceu de 2009 a 2014, tendo permanecido estável até 2016, ano dos Jogos Olímpicos. Houve queda sensível em 2017 (cerca de 4 bilhões de reais) e recuperação de 1 bi em 2018, continuando nesse patamar em 2019. Essa queda de receita se deve fundamentalmente ao encerramento dos investimentos para os grandes eventos que ocorreram até 2016 e à adoção pelos governos Temer e Bolsonaro de uma política drástica austeridade fiscal que reduziu as transferências federais e provocou a paralisia da economia.

A tabela ao lado mostra a Série histórica das receitas e despesas do município atualizadas pelo IPCA para valores de junho de 2020.

Ano	Receita/Despesa Estimada	Receita Arrecadada (A)	Desempenho da Receita	Despesa Empenhada (B)	Resultado Orçamentário (A-B)	Despesa Liquidada (D)	(A-D)
2009	12.096.734.165	11.667.181.525	96%	10.770.146.069	897.035.456	10.770.146.069	897.035.456
2010	13.600.178.533	15.243.212.216	112%	14.278.900.029	964.312.186	14.278.900.029	964.312.186
2011	18.865.515.857	17.820.565.795	94%	18.723.101.835	-902.536.040	18.723.101.835	-902.536.040
2012	20.503.276.982	19.689.459.137	96%	20.850.692.136	-1.161.232.999	20.850.692.136	-1.161.232.999
2013	23.512.596.526	21.749.125.740	92%	21.817.332.976	-68.207.236	21.817.332.976	-68.207.236
2014	27.173.417.723	23.972.480.181	88%	24.531.736.091	-559.255.909	24.531.736.091	-559.255.909
2015	30.189.428.752	26.388.481.927	87%	27.292.597.321	-904.115.394	26.802.439.924	-413.957.997
2016	30.865.931.648	28.267.745.829	92%	28.879.203.467	-611.457.638	28.693.958.086	-426.212.257
2017	29.505.263.193	25.144.233.087	85%	26.572.047.258	-1.427.814.171	25.970.451.185	-826.218.098
2018	30.273.632.037	27.673.483.800	91%	27.842.363.790	-168.879.990	27.108.729.453	564.754.346,72
2019	30.632.372.919	28.752.805.221	94%	30.002.061.369	-1.249.256.148	29.419.341.608	-666.536.387
2020*	32.820.548.184	15.268.688.349	em execução	20.621.429.858	em execução	12.826.198.274	em execução
LDO 2021	32.414.615.538						

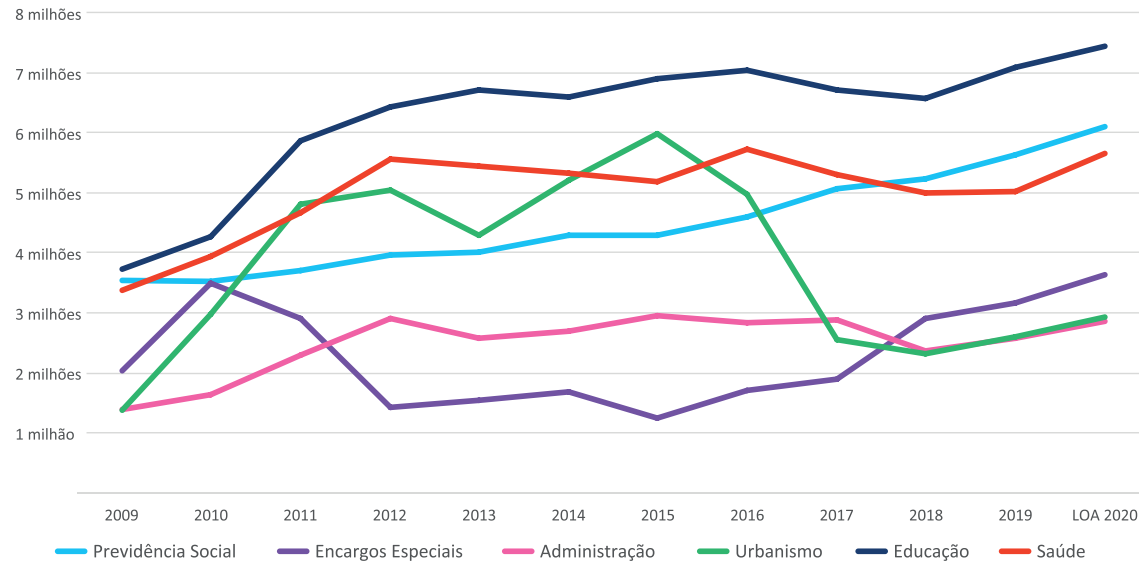
(*) Dados coletados do Sistema SIG em 15 de julho de 2020 referente aos mês fechado 05/2020.

Fonte: RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (CGM/PCRJ); PL 1784/20; Sistema SIG acesso em 15/07/2020; Tabulações Mandato Reimont.

Despesas por Função de Governo

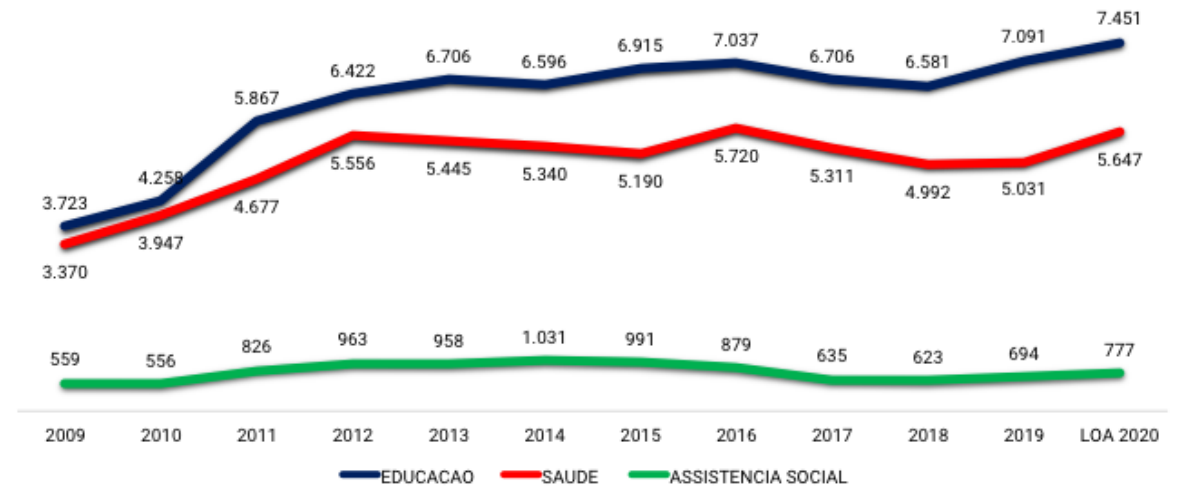
A evolução das despesas por função de governo para as principais funções, estão apresentadas em gráficos.

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO MRJ
EXECUTADAS 2009 - 2019 MAIS PREVISÃO 2020

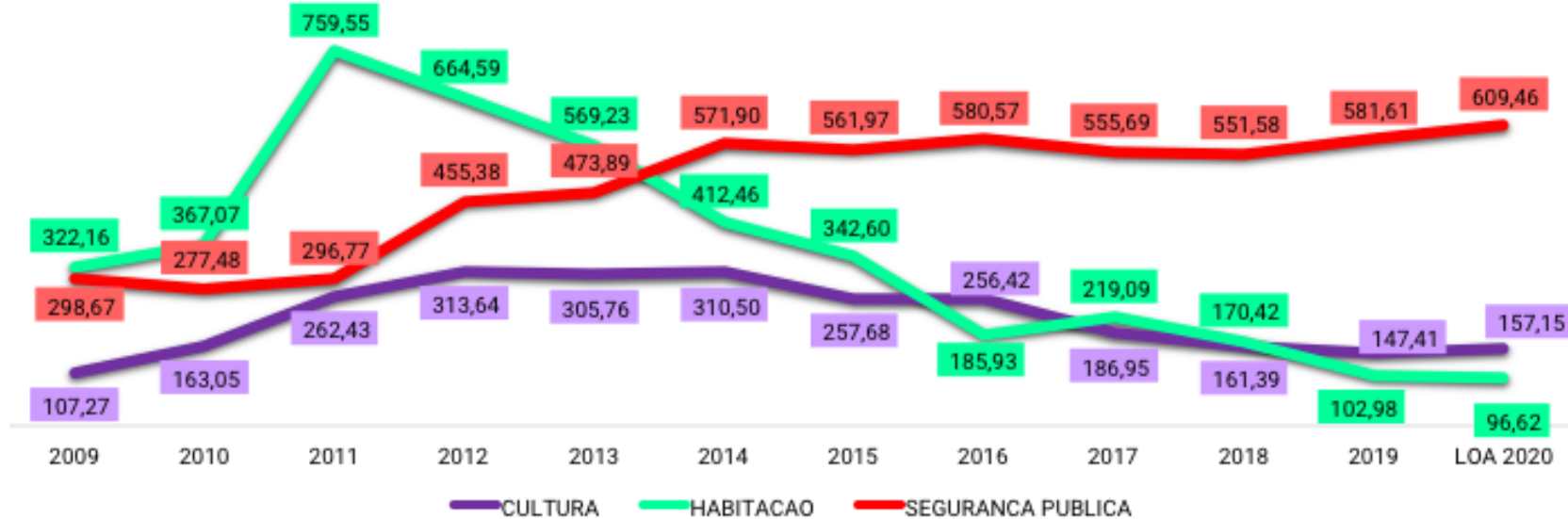


DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO MRJ

EXECUTADAS 2009 - 2019 E PREVISÃO 2020 (em R\$ milhões)



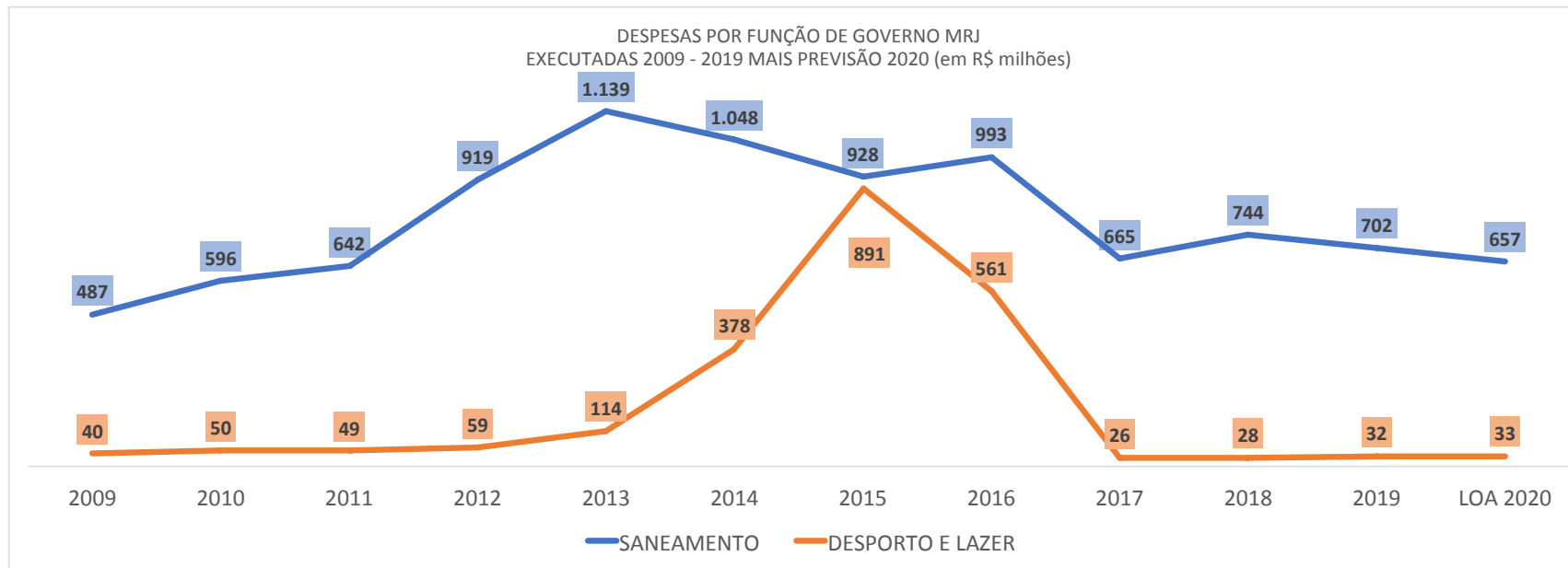
DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO MRJ
EXECUTADAS 2009 - 2019 MAIS PREVISÃO 2020 (em R\$ milhões)



Os gráficos mostram as séries históricas de gastos por função e demonstram que:

As despesas com a função Previdência Social cresceram continuamente de 2009 a 2019

- As despesas com a função Encargos Especiais (amortização e serviço da dívida) que haviam caído até 2012 e permanecido estáveis até 2016, voltam a crescer acentuadamente até 2019, atingindo nesse ano o enorme valor de 3,114 bilhões de reais.
- As despesas com a função Administração permaneceram relativamente estáveis, tendo atingido o valor de 2,55 bilhões de reais em 2019.
- As despesas com a função Urbanismo, depois de terem oscilado entre 4 e 5 bi e alcançado um pico de 6 bilhões de reais em 2015, caíram drasticamente para 2,5 bi, tendo alcançado 2,6 bilhões de reais em 2019.
- As despesas com a função Educação cresceram de 3,7 bi em 2009 para um patamar entre 6,4 bi e 7,0 bi até 2016, tendo caído em 2017 e 2018 para 6,7 bi e 6,6 bi respectivamente e crescido novamente em 2019 para 7,1 bilhões de reais.
- As despesas com a função Saúde cresceram de 2009 para 2012 de 3,4 bi para 5,5 bi, tendo permanecido nesse patamar até 2016. No governo Crivella, caíram para 5,3 bi em 2017 e 5,0 bi em 2018 e 2019, uma perda acumulada de 1,2 bilhões de reais em três anos.
- As despesas com a função Assistência Social cresceram de 0,56 bi em 2009 para 1,0 bi em 2014 e 2015, tendo caído para 0,88 em 2016. No governo Crivella, caíram para o patamar de 0,63 bi em 2017 e 2018 e cresceram para 0,78 bi em 2019. Uma perda acumulada de 1,08 bilhões de reais de 2016 (Eduardo Paes) a 2019 (Crivella).
- As despesas com a função Cultura cresceram de 0,11 bi para o patamar de 0,31 em 2012, 2013 e 2014, tendo caído para 0,26 bi em 2015 e 2016 (Eduardo Paes). No governo Crivella caíram ainda mais para o valor médio de 0,16 nos anos de 2017, 2018 e 2019. A perda acumulada desde 2015 (E Paes) até 2019 (Crivella) é de 0,55 bilhões de reais.
- As despesas com a função Habitação cresceram de 2009 de 0,32 bi para 0,76 bi em 2011, caíram para 0,67 em 2012 e despencaram quase que em queda livre para 0,19 em 2016. Uma perda acumulada de 1,62 bilhões de reais no governo Eduardo Paes. No governo Crivella, houve um leve crescimento em 2017 para 0,22 bi, mas a queda continuou para 0,17 bi em 2018 e 0,10 bi em 2019, acumulando perda de 1,79 bi. Ao todo, a perda acumulada nos governos E Paes e Crivella foi de 3,41 bilhões de reais.
- As despesas com a função Segurança Pública cresceram de 0,30 bi em 2009 para 0,58 bi em 2016, tendo permanecido nesse patamar durante o governo Crivella.

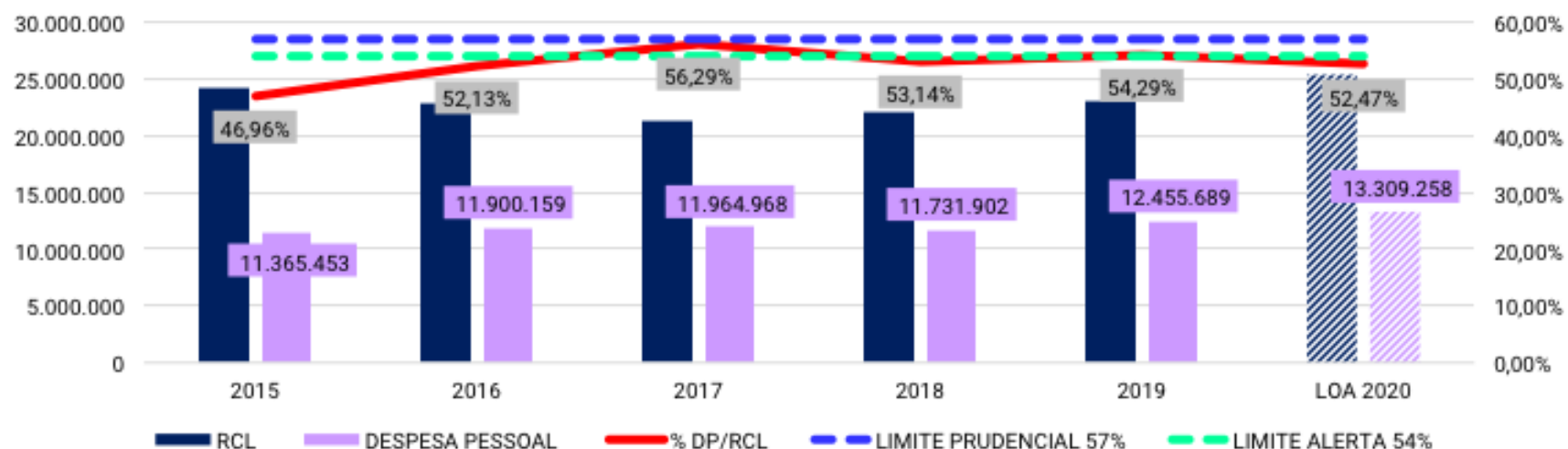


- As despesas com a função Saneamento cresceram de 0,49 bi em 2009 para 1,14 bi em 2014 e caíram para 1,0 bi até 2016. No governo Crivella, esses gastos caíram para um patamar médio de 0,70 bilhões de reais.
- As despesas com a função Desporto e Lazer cresceram de 49 mi para 60 mi entre 2009 e 2012. A partir de 2013 passam a crescer aceleradamente por conta dos Jogos Olímpicos, tendo alcançado valores de 114 mi, 378 mi, 890 mi e 561 mi sucessivamente entre 2013 e 2017. No governo Crivella, caíram drasticamente para o valor médio de 29 milhões de reais.

Despesas de Pessoal

As despesas de pessoal entre 2015 e 2019 estão representadas no gráfico abaixo, com a relação com a receita corrente líquida, mostrando que em 2019 foi ultrapassado o limite de 54% estabelecido pela LRF. Os valores de 2020 são as previsões orçamentárias.

% DESPESA DE PESSOAL SOBRE RCL 2015-2020 (EM R\$1.000)



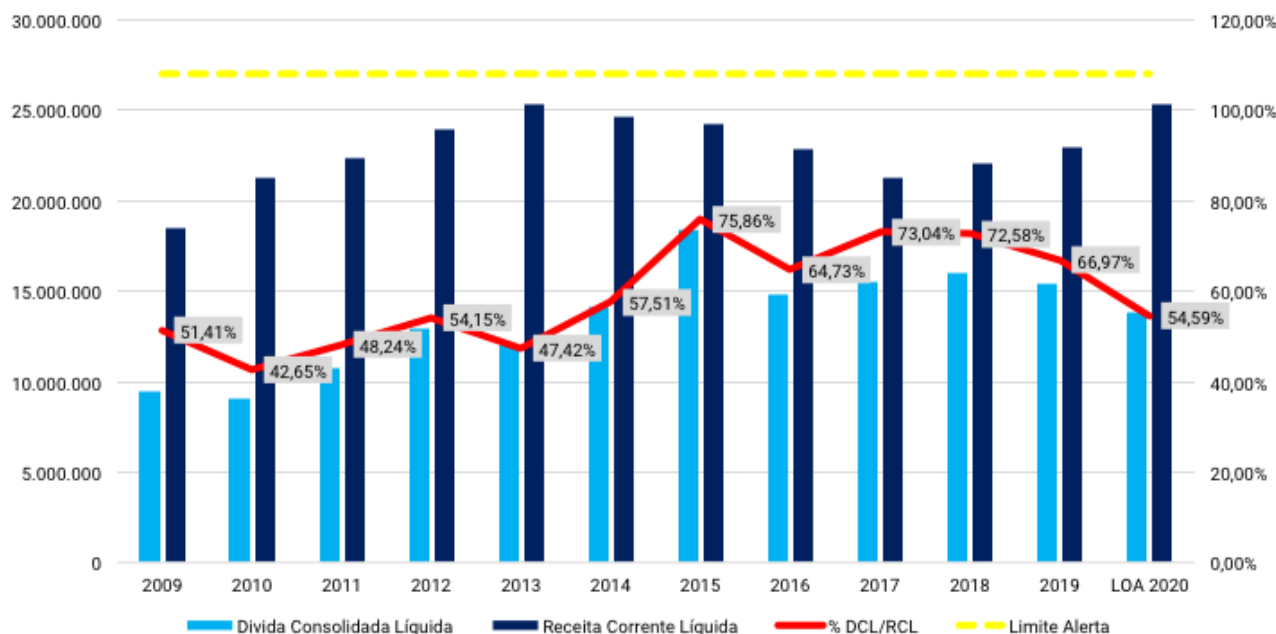
Fonte: Relatório CAD/TCMRJ 2015-2018; CGMRJ RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a"); Lei 6.623/19; Dados corrigidos pelo IPCA-E 06/2020. Tabulações mandato vereador Reimont.

A dívida consolidada líquida montou R\$ 15.150.136 mil, em 31/12/2019, equivalente a 66,97% da receita corrente líquida, conforme demonstrado no Gráfico abaixo, estando, portanto, dentro do limite do artigo 3º, inciso II da Resolução nº 40 do Senado Federal, que estabelece que o montante da dívida consolidada líquida dos municípios não poderá exceder 120% da receita corrente líquida

Ano	R\$ Mil
2014	17.452.455
2015	20.678.455
2016	15.322.571
2017	15.320.327
2018	15.914.671
2019	15.150.136

Fonte: Relatório do TCM

% DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA SOBRE RCL
2009-2020 (EM R\$1.000)



Comprometimento com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada

De acordo com o inciso II do artigo 7º da Resolução do Senado nº 43, de 2001, o comprometimento com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive os relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas, não poderão exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida. Em 2019, o comprometimento com o serviço da dívida consolidada do município do Rio foi de 9,99%, estando abaixo, portanto, do limite legal.

No entanto, esse montante de 2,26 bilhões de reais anuais de serviço da dívida são um obstáculo à realização de projetos sociais e investimentos pelo município. Daí a grande importância de renegociação da dívida com os diversos credores para estender prazos, reduzir juros e aliviar esses encargos de curto prazo.